



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

YASMIM VITÓRIA DA SILVA SOBRAL

MATERNIDADES NEGRAS E OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA RACISTA:
estudo de caso de Carolina Maria de Jesus, Mirtes Renata e Kathlen Romeu

RECIFE

2023

YASMIM VITÓRIA DA SILVA SOBRAL

MATERNIDADES NEGRAS E OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA RACISTA:

estudo de caso de Carolina Maria de Jesus, Mirtes Renata e Kathlen Romeu

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Tatiane Michele Melo de Lima

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Sobral, Yasmim Vitória da Silva.

Maternidades negras e os impactos da violência racista: estudo de caso de Carolina Maria de Jesus, Mirtes Renata e Kathlen Romeu / Yasmim Vitória da Silva Sobral. - Recife, 2024.

69 p : il., tab.

Orientador(a): Tatiane Michele Melo de Lima

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, , 2024.

Inclui referências.

1. Construção social. 2. Mulheres negras. 3. Maternidade. 4. Maternidade negra. 5. Racismo. I. Lima, Tatiane Michele Melo de. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

YASMIM VITÓRIA DA SILVA SOBRAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 01/04/2024

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Tatiane Michele Melo de Lima
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dra. Flávia da Silva Clemente
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a todas as mães negras que lutam diariamente contra o racismo estruturante e contra a violência do Estado genocida.

AGRADECIMENTOS

“Eu aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas. E é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. E é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar.” (Gonzaguinha)

Acredito que agradecer é reconhecer que a caminhada não é apenas minha, e sim, de várias outras pessoas. Se cheguei aonde estou, é porque tive o apoio de muitas pessoas queridas e importantes, que me seguraram e me ajudaram em muitos momentos, principalmente nos mais difíceis. Para mim, coletividade é a palavra que representa toda essa trajetória na universidade.

Agradeço primeiramente a Deus, todo poderoso, por sempre me abençoar e guiar meu caminho com todo o seu amor, e por me proporcionar a oportunidade de estudar na Universidade Federal de Pernambuco. Grandes e maravilhosas são as tuas obras em minha vida, senhor!

À minha mãe, Maria da Conceição. Mãe, muito obrigada por me incentivar e me apoiar. Obrigada por nunca poupar esforços pela minha educação. Minha maior incentivadora nos estudos é você. Orgulho em dizer que a mulher que me inspira é a minha mãe.

Ao meu pai, Thiago Francisco, que do seu jeito, contribuiu também para a realização desse sonho.

Às minhas avós, Maria José e Severina Custódia que cuidaram de mim com todo seu carinho e afeto, e sempre festejaram com as minhas conquistas e avanços nos estudos. Nunca me deixaram desanimar.

Ao meu avô, José Francisco, que apesar de não estar mais nesse plano, me abençoa de onde estiver. Vô, tenho certeza que o senhor está feliz por eu ter concluído uma etapa tão importante em minha vida.

À melhor patotinha, “As Articuladas”. Amigas, obrigada por cada conversa, risada e momentos bons que tivemos ao longo de todos esses anos de graduação. Admiro cada uma de vocês.

À incrível e admirável, Glauce Jane, minha supervisora de Estágio I e II, excelente profissional, que me ensinou muitas coisas, e me acolheu com tanto afeto. Obrigada por me incentivar, principalmente nos momentos em que eu me sentia muito insegura.

Agradeço também à minha orientadora, Tatiane Melo, por me instruir em cada passo desse trabalho. Tê-la como orientadora foi uma honra. Sou grata pelos ensinamentos, compartilhamentos e trocas. Eles foram fundamentais para o resultado final desta monografia.

E agradeço a mim, que apesar de todas as dificuldades existentes ao longo do caminho, sempre enfrentei. Via a onda gigante chegar, mas mergulhava. Nunca me deixei afogar.

“As mulheres negras sempre são vistas e muitas vezes até ‘parabenizadas’ por sua força, resistência e luta, devido a sua ‘capacidade’ de sobrevivência mesmo diante de todas as adversidades e condições sociais em que se encontram. Porém, essas diferenças não são sanadas e sequer dirimidas, assim como, seus corpos continuam a ser violentados e violados de diversas formas, ora pelo estado, ora pela sociedade racista, machista e homofóbica.”

(Mirts Sants)

RESUMO

A presente monografia teve como objetivo analisar a maternidade negra, ou seja, o exercício de ser mulher negra e mãe no Brasil a partir dos estudos de caso de Carolina Maria de Jesus, Mirtes Santana e Kathlen Romeu. Mediante os estudos, pretendemos observar como as experiências dessas mulheres negras, no que se refere à maternidade, foram atravessadas pelo racismo, por violências, desigualdades raciais, econômicas e sociais. Ademais, o trabalho buscou compreender acerca da maternidade enquanto uma construção social, evidenciando que propagou-se no meio social em que estamos inseridos a ideia de que mulheres nascem com um instinto materno, logo, seu destino é ser mãe, mas ao mesmo tempo não dão as condições sociais para exercer essa maternidade. E por fim, este trabalho também visou discutir sobre as vivências de mães negras durante o período escravocrata brasileiro, enfatizando assim, que tal processo foi marcado por inúmeras explorações e opressões senhoriais, e muitas violências como o estupro e discutiu também sobre o fato das mulheres negras serem as maiores vítimas da violência obstétrica em decorrência do racismo estrutural e institucional que permeiam as instituições de saúde, sejam elas públicas ou privadas.

Palavras-chave: Construção social; Mulheres negras; Maternidade; Maternidade negra; Racismo.

ABSTRACT

This monograph aimed to analyze black motherhood, that is, the exercise of being a black woman and mother in Brazil based on the case studies of Carolina Maria de Jesus, Mirtes Santana and Kathlen Romeu. Through the studies, we intend to observe how the experiences of these black women, with regard to motherhood, were crossed by racism, violence, racial, economic and social inequalities. Furthermore, the work sought to understand motherhood as a social construction, showing that the idea that women are born with a maternal instinct, therefore, their destiny is to be a mother, but at the same time not provide the social conditions to exercise this motherhood. And finally, this work also aimed to discuss the experiences of black mothers during the Brazilian slavery period, thus highlighting that this process was marked by countless exploitations and oppressions by men, and many forms of violence such as rape, and also discussed the fact that women Black women are the biggest victims of obstetric violence as a result of the structural and institutional racism that permeates health institutions, whether public or private.

Keywords: Social construction; Black women; Maternity; Black Maternity; Racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Trecho do livro Maternidade no plural: Retrato de diferentes formas de maternar.....	28
Figura 2 - Meme relacionado à maternidade.....	29
Figura 3 - Ama de leite.....	34
Quadro 1 - Comparação dos casos.....	42
Figura 4 - Carolina Maria de Jesus na Favela do Canindé.....	44
Figura 5 - Carolina Maria de Jesus produzindo escrevivências.....	45
Figura 6 - Carolina de Jesus e Audálio Dantas na favela do Canindé.....	49
Figura 7 - Condomínio Pier Maurício de Nassau.....	51
Figura 8 - Em manifestação no Recife, família de Miguel e sociedade civil pedem justiça...54	
Figura 9 - Protesto contra o assassinato de Kathlen Romeu, grávida de 14 semanas.....	57
Figura 10 - Celebração em memória de Kethlen Romeu.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDAW - Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

OMS - Organização Mundial da Saúde

PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher

PBF - Programa Bolsa Família

PCRI - Programa de Combate ao Racismo Institucional

PM - Polícia Militar

SUS - Sistema Único de Saúde

TJPE - Tribunal de Justiça de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. A MATERNIDADE COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	19
2.1 Breve resgate histórico sobre o processo de maternagem.....	19
2.2 A maternidade não é um mar de rosas.....	23
2.3 Não quero ser mãe.....	28
3. MATERNIDADE NEGRA.....	31
3.1 Mulheres escravizadas: gravidez e maternidade.....	32
3.2 Mulheres negras e direitos sexuais e reprodutivos.....	36
4. MULHERES NEGRAS, RACISMO E MATERNIDADE.....	41
4.1 Carolina Maria de Jesus.....	43
4.2 Mirtes Renata Santana.....	50
4.3 Kethlen Romeu.....	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
6. REFERÊNCIAS.....	66

1. INTRODUÇÃO

Entendo por maternidade o processo em que a mulher gera, cria, educa e cuida de uma criança. Observo também que a maternidade, por muito tempo, foi vista como um destino natural da mulher, e até mesmo como uma obrigação. Esses fatores resultaram na crença de que mulheres nascem com um “instinto materno”. Simone de Beauvoir (1980), ressalta que a sociedade patriarcal obriga as mulheres a cumprir diversas expectativas estabelecidas, dentre elas, a maternidade.

Assim, noto que esse processo de maternagem não passa de uma construção social. Não passa de algo estabelecido, disseminado e repleto de significados, valores e normas que as mulheres “devem” seguir, e que, no caso das mulheres negras, as mesmas são rodeadas pela pressão de controle de natalidade. Logo, nota-se que a maternidade é um processo repleto de opressões e inúmeras violências contra o corpo feminino e sua prole.

Paralelo ao que fora dito anteriormente, ressalto que o tema central desta monografia é a maternidade negra. Momento este, que ao longo da história do Brasil, foi e é marcado pelo racismo estrutural, que segundo Almeida (2018), corresponde a uma série de desvantagens sociais, históricas, econômicas e políticas vivenciadas pelos corpos negros no seu cotidiano, ou seja, na própria dinâmica que vivem, e que acabam por levá-los à marginalização. Desse modo, discutir sobre maternidade negra é sobre a intersecção entre ser mulher, negra, mãe, pobre e periférica. Múltipla vulnerabilidade social carregada de frustrações diante das negações de direitos.

Escolhi escrever sobre essa temática devido ao fato de remeter-me a diversos relatos pessoais da minha avó e da minha mãe sobre o ato de maternar sendo mulheres negras. Tais mulheres que durante vários anos, em contexto de pobreza, responsabilidades e demandas, vivenciaram inúmeros sofrimentos e desafios no processo de cuidar dos filhos, e também em relação à persistir quanto à construção de suas vidas.

Segundo dados do Estudo da Desigualdade por Cor e Raça, realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), mulher negra e mãe solo é o perfil do grupo considerado mais vulnerável dentre a população pobre do Estado da Bahia e que vive com menos de R\$ 413 por mês. Isso reflete uma realidade latente no Brasil: a pobreza tem cor e é negra. E nos faz perceber que a criação de mecanismos para enfrentar esse crescente empobrecimento é mais do que urgente. Precisam ser criadas políticas públicas direcionadas para essa população, que vão desde creches até a garantia da entrada dessas mães no mercado de trabalho.

É triste afirmar que são extremamente mínimas as oportunidades para essas mulheres. O governo e o mercado de trabalho às ignoram, são excludentes, patriarcais e racistas. É alto o número de mulheres negras que estão na informalidade dos serviços, seja catando latinha, vendendo pipoca e balas nos semáforos, entre outras coisas. Para as empresas, essas mulheres são descartáveis, e na maioria das vezes, muitas não têm como se manter porque precisam cuidar da casa e dos filhos.

Assim, podemos dizer que a maternidade negra é atravessada por opressões, sobrecargas, humilhações e violências. No período escravocrata brasileiro, mulheres negras e mães eram oprimidas de vários modos. Muitas tinham seus filhos tomados e vendidos, ou até mesmo obrigadas a servirem de ama de leite para os filhos dos colonos. E na maioria das vezes, os próprios filhos dessas mulheres acabavam desnutridos. Como bem nos assegura Fonseca (2020), podemos dizer que as mesmas eram impossibilitadas de viverem uma maternidade plena e saudável, pois era marcada por situações de extrema opressão.

Se no passado a escravização e todos seus problemas recorrentes impedia a vivência plena da maternidade pelas mulheres negras, nos últimos anos e atualmente, o que impede isso, é o racismo estrutural, o descaso do governo, o capitalismo e a violência policial. Logo, de acordo com Oliveira (2019), podemos afirmar que:

Ao longo da história do Brasil, foram interiorizadas e naturalizadas práticas de um ideal racista segundo o qual o corpo negro está submetido ao sofrimento e a dor, tornando este corpo objeto do desprezo e do descaso quando se trata de cuidados. (OLIVEIRA, 2019, p.13)

Compreender as problemáticas que circundam o processo de maternagem, em especial quando direcionamos o olhar para a maternidade negra, é um tema relevante para o Serviço Social para problematizar a centralidade da maternidade na Política de Assistência Social, e assim, colocarmos relações entre cuidado, racismo e violência em evidência.

Falar acerca da Política de Assistência Social significa, ao mesmo tempo, entender que desde a sua aprovação, ela ainda apresenta fragilidades que de modo algum podem ser ignoradas, visto que é mediante os diversos questionamentos, reflexões, lutas e estudos que podemos construir uma política de caráter universal que seja capaz de atender as demandas dos usuários.

É nesse sentido que percebemos que há um processo de empobrecimento massivo quando nos referimos à maternidade de mulheres negras, logo, observa-se que é necessário o

desenvolvimento de políticas, ações e programas que tenham essa população como foco principal.

Essas reflexões postas nos levam a questionar como tem se dado a relação do Estado com as mães negras, especificamente através da política de Assistência Social. Estaria o Estado contribuindo para o suporte a essas pessoas? Os programas e serviços já oferecidos são suficientes para atender as demandas desse público? A Política de Assistência Social se vincula a essa ideia de maternidade negra?

Grande parte das mães negras brasileiras estão envolvidas em políticas públicas e sociais voltadas para a promoção da saúde materno-infantil, educação, acesso à moradia e combate à violência doméstica, entre outras. Algumas das políticas públicas e sociais existentes que englobam essas mulheres são: o Programa Bolsa Família (PBF), caracterizado como um auxílio financeiro às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, auxiliando essas mães a garantirem o sustento básico de suas famílias. E o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que visa proporcionar acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo até mesmo pré-natal, parto seguro e planejamento familiar, com o intuito de beneficiar essas mulheres em suas diversas necessidades de saúde materno-infantil.

Apesar dessas duas políticas, assim como outras, serem importantes para esse público porque atendem, na medida do possível, às suas necessidades, elas são perpassadas por desafios significativos na sua implementação e efetivação, como por exemplo, o racismo institucional. E é nesse contexto que o profissional de serviço social é essencial, porque ele atua como facilitador do acesso a esses serviços, oferecendo orientação jurídica, suporte emocional, encaminhando para redes de apoio e mobilização comunitária. E também contribui para o processo de conscientização sobre direitos, combate ao racismo e fortalecimento da autonomia das mães negras.

Assim, observando essas questões, podemos afirmar que a política de assistência social pode sim estar vinculada à ideia de maternidade negra, especialmente em contextos onde as mães negras enfrentam desigualdades estruturais e sociais significativas. A maternidade negra tem sido historicamente marcada por desafios únicos, incluindo acesso limitado a recursos econômicos, discriminação racial, violência institucional e obstáculos ao acesso a serviços de saúde e assistência social adequados.

No entanto, é importante ressaltarmos também que as políticas de assistência social muitas vezes refletem e perpetuam essas desigualdades, seja a partir da exclusão sistemática das comunidades negras de recursos e programas, seja a partir de políticas que não levam em

consideração as necessidades específicas das mães negras e suas famílias. Logo, os programas de assistência social podem ter critérios de elegibilidade que desfavorecem de modo injusto as comunidades negras, ou podem não abordar adequadamente as disparidades raciais na prestação de serviços e benefícios.

Contudo, vemos o quanto é necessário combater essas desigualdade e promover uma política de assistência social mais inclusiva e equitativa, que seja pensada e construída com uma compreensão aprofundada sobre as experiências e necessidades das mães negras e suas famílias. Tudo isso pode ser formulado e desenvolvido a partir da implementação de políticas afirmativas, o fornecimento de recursos específicos para as comunidades marginalizadas, a conscientização sobre questões de raça e gênero entre os profissionais de serviço social, e o engajamento das próprias comunidades no processo de formulação de políticas.

Diante disso, notamos que a visibilidade e necessidade de proteção das mulheres negras e mães são questões cada vez mais essenciais, pois esse público, diante da sociedade, são negligenciados, tem seus direitos negados, são marginalizados e vivem, na maioria das vezes, uma maternidade repleta de frustrações e desesperanças.

Assim, tomando como base para uma melhor análise acerca da maternidade negra no Brasil e as problemáticas que a circundam, escolhemos três casos: o primeiro é referente à Carolina Maria de Jesus em meados dos anos de 1960. O segundo corresponde a Mirtes Renata Santana de Souza, e o terceiro diz respeito à Kathlen de Oliveira Romeu. Esses dois últimos casos são contemporâneos.

Escolhemos esses três casos porque suas histórias foram bastante repercutidas nos meios de comunicação, chamando assim, a atenção pública do Brasil, e também porque elas destacam questões sociais profundas relacionadas à violência, desigualdade e racismo no Brasil, especialmente no que diz respeito às mulheres negras, sua maternidade e suas comunidades. Logo, suas histórias evidenciam a urgência de enfrentar esses problemas e promover mudanças significativas na sociedade brasileira.

Assim, para a realização desta monografia, escolheu-se como procedimentos metodológicos o estudo de caso, que de acordo com Yin (2005, p. 32), é uma investigação empírica que “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Em consonância, o mesmo autor define que essa tem sido uma estratégia selecionada comumente para dar respostas aos questionamentos do tipo “como” e “porquê” (2001).

Por conseguinte, Ludke e André (1986, p. 17) apresentam que o estudo de caso:

...] é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular. [...] O interesse, portanto, incide 16 naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações.

Desse modo, observando todas as questões que envolvem o caso de Carolina, Mirtes e Kathlen, concluímos que os tipos de caso que melhor se enquadraram para a realização da discussão foram o estudo de caso descritivo e explicativo. Descritivo porque apresentamos detalhes contextualizados. E explicativo porque explicamos a razão, o porquê dos fenômenos que circundam cada caso.

Assim, nos propusemos nos três estudos de caso mergulhar na realidade vivida por cada uma dessas mulheres, a partir de uma perspectiva interseccional centrada numa discussão de três determinantes sociais: raça, classe e gênero. Logo, compreendemos assim, as questões que resultaram nos acontecimentos que cada mulher vivenciou, mostrando assim, como o racismo estrutural e institucional estavam postos em cada uma das particularidades que compõem os casos.

Ademais, como procedimentos metodológicos, tivemos também a pesquisa bibliográfica e documental. A primeira, de acordo com Gil (2002, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, e de caráter descritivo, correspondente à análise e descrição do objeto de estudo.

Já a pesquisa documental, conforme Oliveira (2007, p. 69) “é caracterizada pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”.

Nota-se, que a pesquisa bibliográfica é bem parecida com a documental. O que as diferenciam são as fontes. Logo, para reforçar todo o trabalho e os estudos, utilizamos esses dois tipos de pesquisas. Assim, buscamos artigos, pesquisas científicas, jornais, revistas, livros, que abordassem sobre maternidade, racismo, políticas sociais, entre tantas outras questões.

Portanto, mediante essas questões, o trabalho orientou-se no seguinte objetivo geral: Analisar a maternidade negra no Brasil e suas problemáticas, a partir dos estudos de caso de Carolina Maria de Jesus, Mirtes Santana e Kethlen Romeu. Já como objetivos específicos: discutir a respeito da maternidade como uma construção social e demonstrar como a maternidade negra é marcada por opressões e explorações.

2. MATERNIDADE COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

A noção de que certas categorias, eventos e fatos são desenvolvidos socialmente tem sido defendida pelas ciências sociais e humanas desde o século XX. Ademais, nas últimas décadas, filósofos analíticos, com uma filosofia fundamentada na análise da linguagem e dos conceitos, começaram a dedicar mais tempo e atenção ao fato de que existem tipos de coisas construídas socialmente (MARQUES, 2015).

Logo, observando essas considerações, podemos afirmar que a maternidade é um exemplo de construção social, pois propagou-se no meio social em que estamos inseridos a ideia de que as mulheres nascem com um instinto materno, logo, seu destino é ser mãe.

Para uma melhor compreensão desse processo, Badinter (2011) afirma sobre a importância de separar o histórico e complexo pensamento que estabelece a noção de que a maternidade é a realização plena da mulher.

Assim, a partir disso, será abordado neste capítulo sobre construção social da maternidade, compreendendo, portanto, que esse processo nem sempre foi o mesmo, tendo em vista que as sociedades apresentavam, e ainda apresentam, diversos discursos e práticas sociais, econômicas e políticas distintas.

2.1 Breve resgate histórico sobre o processo de maternagem

A valorização da maternagem no ocidente nem sempre existiu. O amor materno foi criado, idealizado, construído socialmente a partir de vários contextos sociais, históricos, e até mesmo, políticos. Segundo Ariès (1986), para compreender melhor essa construção, é necessário termos em mente que tanto a família, quanto a infância e a maternidade estão interligadas e se moldam conforme cada época.

Durante a Idade Média, na Europa centrada no feudalismo, sistema baseado em grandes propriedades de terra, denominada de feudos, a família era formada a partir de interesses econômicos. Devido a essas questões, não havia nenhum tipo de afeição entre os pais e seus filhos. A maternidade e os bebês não eram valorizados, não eram vistos como importantes. As mães da época não exerciam a maternagem, e entregavam seus filhos às amas de leite, e até mesmo às camponesas. Muitas crianças, após esses mínimos cuidados, eram encaminhadas, a partir dos 7 anos de idade, para as casas dos senhores feudais, para

trabalharem em atividades domésticas, ou seja, do lar, e permaneciam nessas condições. (ARIÈS, 1981 apud GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014).

Percebe-se, no entanto, que a infância de brinquedos e diversões, como conhecemos hoje, não existia. A infância da Idade Média era a força de trabalho. Não havia distinções entre crianças e adultos. A criança nada mais era que um adulto em miniatura, um ser produtivo que tinha certa função utilitária para a sociedade. Logo, as crianças tinham curta passagem pelas suas famílias, pois precisavam aprender os ofícios da época e contribuir com a economia feudal, fortemente baseada numa prática agrícola voltada para o consumo próprio.

Já em meados do século XVII, com o desenvolvimento do capitalismo, um sistema econômico que visa o lucro, a acumulação de capital e está baseado na propriedade privada, novas configurações sociais e políticas começaram a surgir, inclusive no âmbito familiar. É nesse período que surge um novo aspecto social, ou seja, cuidar das crianças torna-se sinônimo de fortalecimento da família. Mas para quem esta tarefa foi designada? Para as mulheres. (PÔSTER, 1979 apud RESENDE, 2017).

Desse modo, com a implantação do sistema capitalista, o Estado começou a administrar as relações de produção, e os meios de sobrevivência ficaram por conta da família. O homem passou a ser o provedor do sustento, através de seu trabalho, e a mulher, a cuidadora do lar e dos filhos. É a partir desse processo que a figura feminina começou a focar nos cuidados e na amamentação da sua prole. Há uma divisão dos papéis sociais. Logo, conforme Badinter (1985, p. 104):

Foram necessários nada menos de três discursos diferentes para que as mulheres voltassem a conhecer as doçuras do amor materno e para que seus filhos tivessem maiores possibilidades de sobrevivência: um alarmante discurso econômico, dirigido apenas aos homens esclarecidos, um discurso filosófico comum aos dois sexos e, por fim, um terceiro discurso, dirigido exclusivamente às mulheres.

Entende-se, portanto, que o surgimento de uma nova ordem econômica, ou seja, o capitalismo, possibilitou também a criação de uma nova classe social, a burguesia, que tinha como lógica, de acordo com Resende (2017), um melhor cuidado com as crianças, pois as mesmas seriam as futuras mãos-de-obra que iriam produzir para o Estado. É a partir desse cenário que surgiu também a preocupação com a educação institucional dessa população, pois a sociedade admitia que as crianças não eram maduras o suficiente para a vida, e para exercerem diversos ofícios.

De acordo com isso, a lógica era institucionalizar as crianças, para as mesmas terem uma formação e anos depois, colocarem em prática os aprendizados adquiridos. Segundo

Badinter (1985), a criança começou a ser enxergada como um objeto de valor mercantil, que trazia retornos financeiros para o Estado, em decorrência de seu grande desenvolvimento e potencial produtivo. Desse modo, é notório que o processo e a consciência de maternagem na Europa começou a se desabrochar em decorrência de uma nova dimensão econômica imposta na época, que transformou o meio social, a política e até mesmo as relações entre os indivíduos na família.

Quando trazemos essa discussão de maternagem para o contexto brasileiro, é válido começarmos destacando acerca da maternidade negra, com ênfase nas mulheres negras escravizadas no período do Brasil Colônia, visto que tal ação era negada para elas. Conforme pontua Vasconcellos (2002, p. 10-11), a procriação das escravizadas era a possibilidade de reposição, em médio prazo, de mão-de-obra. Logo, os seus filhos, assim que nasciam, não ficavam sob o cuidado da mãe, e sim de outras mulheres, visto que a figura materna trabalhava, principalmente nas casas dos colonos sendo ama de leite dos filhos destes, ou trabalhava nas lavouras e agriculturas. Desse modo, segundo as palavras de Machado (2018):

“[...] Viajantes descreveram escravizadas com filhos muito pequenos, que iam para a roça amarrados às costas da mãe, e esta passava o seio por cima do ombro ou por baixo do braço, de forma a não parar de trabalhar nem mesmo para amamentar. Há relatos de mães atarefadas na faina agrícola que, para garantir que a criança não sofresse acidentes, as enterravam de pé, deixando apenas a cabeça de fora. Outras tinham que deixar seus filhos sob a guarda de mulheres velhas ou acidentadas, que os alimentavam com papas indigestas. Era comum que jovens recém-paridas, desnutridas e exaustas, procurassem amamentar seus filhos/as durante a noite, oferecendo-lhes, assim, alguma chance de sobrevivência num cenário de alta mortalidade neonatal e infantil.” (MACHADO.2018, 356-357)

Assim, percebe-se que essas mulheres não recebiam tratamento humanizado, viviam sob diversos conflitos, exploração e desafios. Ademais, apresentava também uma alta taxa de mortalidade, e conseqüentemente, de sua prole. Essa questão ocorria por vários motivos, entre eles a falta de uma alimentação adequada, a rotina de trabalho compulsório e também os castigos físicos que muitas mulheres recebiam durante a gestação. (MACHADO, 2018)

Nota-se, portanto, que a maternidade neste período escravocrata era um desafio, pois, muitas mulheres apesar de estarem grávidas precisavam continuar exercendo o trabalho compulsório, e após o nascimento da criança, deixavam seus filhos, sob cuidado de outras mulheres. A maternidade para as mulheres negras escravizadas não foi algo pleno e tranquilo.

Também ainda nesse período de colonização brasileira, no primeiro e segundo século, como pontua Venâncio (2004, p. 159), em decorrência do aumento da população nos principais centros portuários, surge um aspecto, que o mesmo denomina de modalidade selvagem de abandono. Bebês e crianças eram largados em calçadas, becos, terrenos, e viviam

na companhia dos inúmeros animais que perambulavam pelas ruas da época, tais como cães, gatos e ratos. As mulheres viam a necessidade de abandonar seus próprios filhos devido ao fato de enfrentar diversos obstáculos, como a pobreza e a fome, ao tentarem assumi-los e sustentá-los. Para a população de origem portuguesa, a questão do abandono causava certa repulsa, tendo em vista que possuíam uma forte crença na danação das almas, pois muitas crianças faleciam sem receberem o sacramento do batismo.

Logo, segundo Venâncio (2004), como estratégia para amenizar essa grande problemática, foram construídas, a partir do século XVII, casas de acolhimento, instituições como a Santa Casa da Misericórdia que tinham como objetivo retirar os bebês e crianças das ruas e estradas, para que os mesmo pudessem ser batizados e adotados. Em decorrência desses fatores, a Câmara da época patrocinou e implantou um sistema de auxílio para as famílias interessadas em criar os enjeitados. Assim, pode-se afirmar que:

A primeira forma de auxílio, patrocinada pelas câmaras, funcionava da seguinte maneira: todo aquele que encontrasse um recém-nascido na rua ou que o recebesse diretamente dos respectivos pais deveria recolher a criança e batizá-la. O pároco redigiria então um certificado explicando que o enjeitado estava residindo no domicílio da pessoa que o acolhera e que por ela era bem tratado. Uma vez com o documento, era possível solicitar ajuda financeira ou de clientelismo inscrevendo, caso o mesmo fosse concedido, o nome da criança no Livro de matrícula dos expostos. (VENÂNCIO, 2004, p. 160).

Após a implantação desse projeto, a Igreja viu-se como responsável pelo matrimônio, e a mando do Estado, estabeleceu normas e condutas para reger o casamento na colônia, mediante o sistema patriarcal. Assim, é importante destacar que a igreja disseminou fortes crenças da supremacia do homem sobre a mulher, estimulou a reprodução e o casamento. Venâncio (2004) ressalta que a partir desses discursos proferidos pela igreja, a vida social feminina voltou-se para os ofícios domésticos e o suporte familiar, principalmente com os filhos. O homem detinha o poder e autoridade, e cabia às mulheres e aos filhos obedecerem.

Assim, diante do exposto, é válido afirmar que decidiu-se comparar o processo de maternagem na Europa com o do Brasil em decorrência da diáspora africana¹. Mesmo devido a isso, a maternidade foi desenvolvida de modo diferente em ambos lugares, mas tal questão, não deixou de ser uma construção social com forte relação política e econômica. A maternidade e a maternagem tornaram-se os principais papéis sociais femininos, passaram a ser extremamente valorizadas e todos os cuidados referentes a essas questões foram destinados às mulheres.

¹ Nome dado ao fenômeno histórico e social caracterizado pela imigração forçada de africanos durante o tráfico transatlântico de escravizados.

2.2 A maternidade não é um mar de rosas

De acordo com o Dicionário Online de Português, a expressão “mar de rosas” significa “período ou situação de tranquilidade, de felicidade e de harmonia, sem enfrentar dificuldades”. No entanto, a maternidade está longe de ser enxergada dessa maneira, porque, por mais que ter um filho e criá-lo seja algo lindo e emocionante, haverá sempre dificuldades para serem enfrentadas durante esse processo. Desromantizar a maternidade e entender que nem tudo são flores e que cada mulher vive a sua particularidade em relação à maternagem é mais do que necessário.

Segundo Halasi (2018), o processo de maternagem envolve um luto de si. A mulher acaba por abrir mão de aspectos que envolvem a sua subjetividade, tal como sua vida profissional, para cuidar de outra pessoa. O luto, portanto, precisa ser solucionado em curto espaço de tempo, em que há, na maioria das vezes, a sensação de ter perdido a si mesma, e da autocobrança de estar pronta e excelente para ser uma boa mãe.

Esse luto advém da grande pressão social posta em cima da maternidade. As pessoas vêem esse momento como precioso, e impõem sobre as mulheres o dever, extremamente obrigatório, de ser uma mãe exemplar e incrível. Halasi (2018) comenta que a maternidade é posta em um pedestal de perfeição, e a mãe é tida como santa. Quando as mulheres não vão de encontro com esses requisitos pré-estabelecidos, não correspondendo, portanto, às expectativas sociais sobre elas, surge o sentimento de culpa, de indiferença, e, até mesmo, de comparação de sua maternagem, com a maternagem de outras mães.

Toda essa questão é o que Halasi (2018) denomina de “maternidade da culpa”, e Grisci (1995), neste mesmo sentido afirma que a mulher mãe incorpora dois aspectos: o primeiro seria a mãe real, e o segundo, a mãe ideal. Badinter (2011) ressalta que essas questões do apelo materno e dos comportamentos impostos em nossa sociedade são os maiores inimigos da maternidade. É como se todas as mulheres fossem postas em uma grande caixa fechada, muito difícil de abrir, com várias condutas a serem seguidas, e elas precisam andar na linha, obedecer o que foi disseminado, pois, caso o contrário, serão mal vistas.

Um exemplo desse desvio de condutas a serem seguidas em relação à maternagem é o processo de terceirização dos cuidados maternos, ou seja, é a transferência dos cuidados da criança para terceiros. O processo de terceirização a cada dia que se passa torna-se um fator presente em diversas famílias brasileiras de classe média. Segundo Lima (2014), nesse

contexto socioeconômico há a presença da figura da babá. E quem seria essa babá? Na maioria das vezes, mulheres negras, mães e pobres que vivenciam a sobrecarga e desigualdade, passam horas longe de casa e dos seus filhos, para cuidar de outras crianças.

Além dessa questão da babá, na maioria das vezes, ser mais mãe do que a própria mãe, entra em cena, quando falamos sobre a terceirização dos filhos, outras problemáticas, como é o caso dos pais que não conhecem seu próprio filho, pois sabem seus gostos, preferências, resultando, assim, numa quebra de vínculos. Tais questões nos levam a pensar sobre o abandono da responsabilidade de criar os filhos.

Muito tem se falado hoje em dia que pais ausentes são os pais que trabalham, o que, para mim, é caracterizado como um mito. Na verdade, pais ausentes são aqueles que estão muito voltados para si mesmos, para seus projetos, seus sonhos, suas vidas, seus objetivos - e até mesmo os que elaboraram para os filhos -, para seus compromissos, lares, que na muita das vezes não sobra tempo para se dedicar ao filho. É como se no cotidiano dos pais não existisse espaço, e nem mesmo tempo para seus filhos.

Percebe-se, portanto, que não há por parte dos pais um esforço em se responsabilizar por uma nova geração. Não há tempo de qualidade com os filhos, acompanhamento do desenvolvimento, ensinamento de valores morais e de convívio, entre outras coisas, e essas questões acabam sendo delegadas para terceiros, sejam eles babás, empregadas domésticas, professores das escolas que os filhos estudam, avós, vizinhos, e até mesmo as novas tecnologias, televisão, tablet, celular, computador. Os filhos acabam não tendo um referencial do que é o pai, a mãe, a família, o que resulta numa falta de relações afetivas, que mais tarde serão cobradas.

Nas classes menos privilegiadas é a mãe que sai correndo atrás da sobrevivência e é obrigada a deixar essa criança com um filho menor, na classe média, a mãe que trabalha o dia inteiro e tem que deixar com uma babá e na classe rica, as pessoas que deixam seus filhos precocemente com outras pessoas para educar, desaparecendo na sociedade moderna a relação mãe-filho, pai-filho, avós-netos. (FILHO, 2020)

Ainda sobre a terceirização dos cuidados, é importante abordarmos também acerca da maternidade de mulheres que trabalham enquanto babás, e quase sempre são mães, negras e pobres, como já foi relatado anteriormente. Sendo assim, quem cuida dos filhos delas, quando elas cuidam dos filhos das outras? Elas poderiam também usufruir da terceirização dos cuidados?

Muitas dessas mulheres correm diariamente atrás da sua sobrevivência e dos seus filhos, o que resulta na ausência de recursos financeiros para delegar as tarefas de cuidados.

Arelado a essa questão, surge também a desresponsabilização do Estado frente a toda essa situação, pois há falta de creches em período integral para que essas mulheres possam maternar de forma saudável, ter acesso aos estudos e ter acesso ao trabalho.

Sabemos que as creches são locais seguros para deixar as crianças, e elas possibilitam que tanto as mães, quanto outros responsáveis possam trabalhar. Sem as creches, muitas mães não têm condições de custear a rotina dos filhos fora do trabalho, tendo que parar de trabalhar e ficar com eles em casa. Logo, o trabalho das creches é atuar como uma parceira, dando suporte a essas mães, e possibilitando que elas tenham autonomia para realizar suas atividades, trabalhos e até mesmo estudos. Se as mães têm onde deixar seus filhos, elas conseguem sair para trabalhar, para prover o lar.

Mas infelizmente grande parte dessas mulheres não conseguem colocar seus filhos em creches, seja pela falta delas ou porque faltam vagas para garantir um lugar nessas instituições públicas. Em decorrência disso, muitas mães deixam de trabalhar para cuidar dos filhos, e isso resulta em um ciclo de miséria sem fim. Apesar de estarem cuidando dos filhos, elas ainda são culpabilizadas. Até pelo fato de não trabalharem, elas são culpadas, porque não fornecem sustento adequado para os filhos. Mas a culpa nós sabemos realmente de quem é.

Não há, por parte do Estado, a criação de políticas públicas eficazes que assegurem essas mulheres e seus filhos. Não há garantia da construção de creches em vários pontos das cidades, para atender as demandas e até mesmo evitar o deslocamento e também a privação do direito das crianças à creche. O Estado precisa desenvolver programas de construção de unidades escolares infantis que englobem diversas regiões, principalmente onde encontra-se populações mais vulneráveis, visto que de acordo com um dos relatórios de monitoramento divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mais de 1,5 milhão de crianças que estão sem creche, grande parte delas são de famílias de baixa renda.

Diante disso, percebe-se que além da maternidade ser caracterizada como um processo repleto de diversas cobranças impostas às mulheres de modo geral, ainda é impactada por toda negação do direito de vivenciar uma maternidade tranquila e a existência digna dos seus filhos.

Neste sentido, atrela-se também a essa discussão a questão da favela. Muitas mulheres negras, pobres, mães e moradoras de favelas passam a sofrer várias cobranças, a começar pelas cobranças sociais sobre a maternidade, o fato de cuidarem dos seus filhos, e até mesmo dos filhos de outras mulheres, ainda precisam lidar com as diversas preocupações que

circundam sua vida, saúde e futuro dos seus filhos, jovens negros que vivem infelizmente uma realidade tomada por violência e violação dos direitos humanos. (VIANA, 2021)

Se para as mulheres negras, pobres e residentes em favelas, a maternidade é atravessada por várias problemáticas, o que dirá a maternidade de mulheres privadas de liberdade? A presença da mulher que é mãe no sistema penitenciário brasileiro, ocasiona uma mudança radical na rotina, não apenas na sua, mas de toda a família, e em especial, na dos filhos. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen (BRASIL, 2017), 74% das mulheres presas têm filhos. Pensar sobre isso é dar visibilidade a uma realidade totalmente invisível para o Estado e para as políticas públicas.

Todas as implicações atreladas à questão da pena de privação de liberdade não impactam apenas a mulher presa, e sim, de maneira grave e cruel, sua família. Toda a estrutura familiar é atingida, ocorre também certo rompimento de relações de amizade, logo, há o enfraquecimento dos vínculos afetivos, problemas relacionados à escolaridade dos filhos e preocupações provocadas em decorrência da realidade de exclusão social (WACQUANT, 2004).

Segundo Stella (2009), o processo de separação da mãe e do filho devido ao cárcere, faz surgir questões relacionadas à culpabilização acerca do abandono, abala o sistema familiar e faz surgir a possibilidade do filho, que no momento está sem o apoio materno, ingressar no mundo do crime. De acordo com a autora, o sistema carcerário alimenta a crença social de que as condutas ilícitas realizadas pelos pais pode ser propagada para os filhos, e em detrimento disso, a crença pode modificar as relações com os filhos, chegando até mesmo dificultar todo o processo de socialização e individuação.

Nota-se portanto, que a maternidade como momento mágico e perfeito nada mais é do que uma invenção social. Pode até chegar quase aos pés disso, mas para certa classe mulheres, ou seja, que possuem privilégios sociais e poder aquisitivo, para assim, designar o papel materno para outras pessoas, como é o caso da terceirização dos cuidados, logo, não intervindo em quase nada em relação à criança. Mas para as mulheres negras, pobres, e as mulheres privadas de liberdade? A maternidade é difícil e perpassa por diversas preocupações, entre elas pensar diariamente na sobrevivência dos seus filhos.

De acordo com Badinter (1985), a maternidade é caracterizada como uma nova fase na vida da mulher, que ultrapassa questões biológicas e se regula mediante determinado contexto sócio-histórico. Logo, pensar a maternidade de modo plural, como não sendo um processo igual para mulheres brancas, negras, pobres, ricas, entre outras, é possibilitar um leque de discussões, como por exemplo o debate acerca da maternidade neuroatípica, que corresponde

a mães de filhos que tenham algum transtorno no funcionamento psíquico, como autismo, hiperatividade ou transtorno de déficit de atenção.

Muitas mulheres almejam pela criança saudável, e perfeita, segundo a sociedade, encontrando assim no filho muitas possibilidades de pôr em prática esses sonhos. No entanto, quando o filho nasce com ou apresenta depois algumas limitações, sejam elas físicas, auditivas, visuais, sensoriais ou intelectuais, suas expectativas são fragilizadas, visto que a criança não é “perfeita” (MEIRA, 1996; JERUSALINSKY, 2007).

Acredito que o fato de se deparar com as limitações do filho, acaba sendo para toda família um encontro com o desconhecido. Encarar essas questões, e pensar que é a realidade, ocasiona receio, dúvidas, sofrimento e medo. Logo, a vivência da maternidade diante desse processo é tido como uma experiência complexa e cheia de desafios, pois mesmo que exista apoio dos familiares e dos profissionais, é sempre sobre as mães que as maiores responsabilidades são postas.

A confirmação de qualquer diagnóstico é difícil para a família, especialmente para a mãe, pois muitas deparam-se com o olhar de terceiros, o julgamento alheio. Isso, muitas vezes, influencia na vivência da maternidade. O preconceito disseminado diante da presença da criança é sentido pelas mães, como se o mesmo fosse dirigido a ela.

É justamente por perceber a fragilidade do filho diante do social que as mães também se sentem fragilizadas. Discriminar, ter preconceito ou até mesmo olhar de forma diferente para a criança mobiliza na mulher a vontade de proteger cada vez mais esse filho que, para ela, é uma criança indefesa. Assim, é devido a essa maior necessidade de proteção que as mães dedicam-se integralmente à maternidade. (Mannoni, 1999, apud Smeha e Cezar, 2011, p. 46).

Logo, ter abordado neste tópico acerca da maternidade neuroatípica foi de suma importância para pensarmos sobre as diversas questões que as mães enfrentam durante esse processo: o desejo de inclusão genuína, a quebra de preconceitos pessoais e sociais e paradigmas em relação à neurodiversidade. E é claro, nos questionarmos também acerca das necessidades dessa mulher que cuida de pessoas com deficiência, pois ela precisa também de cuidados.

Portanto, diante do exposto, é fundamental afirmar que na sociedade cada mulher tem uma história, e que não existe um jeito correto de ser mãe. Quebrar com a romantização da maternidade, e entender que a mesma é algo plural, com diversas narrativas e dificuldades, é convidar muitas pessoas a reverem seus conceitos e preconceitos. E que esta discussão abarca também novos arranjos e novas diversidades, como a questão da terceirização dos cuidados

maternos, como fora relatado neste tópico, a maternidade de mães solas, a dupla maternidade, quando duas mulheres são responsáveis legais de uma criança na condição de mães, a maternidade de mães privadas de liberdade, a maternidade de mães negras, a maternidade de mulheres trans, e também a maternidade de mães adotivas, entre tantas outras possibilidades.

Figura 1: Trecho do livro Maternidade no plural: Retrato de diferentes formas de maternar



Fonte: Amazon (2021)

Assim, encerramos este tópico convidando você, leitor, a pensar mais sobre o enorme leque de possibilidades que compõem a maternidade, para além de uma lógica hegemônica das feministas brancas e de classe média. Cada mulher tem uma história, suas vivências e seu modo de maternar. A constituição da família, hoje, não segue mais um padrão, e a maternidade se tornou diversa. Logo, pensar na maternidade enquanto algo plural, é dar visibilidade aos diferentes retratos cotidianos de cada mãe.

2.3 Não quero ser mãe

Desde o período da infância, muitas mulheres são expostas a vários discursos e situações que disseminam valores relacionados à naturalização da maternidade e maternagem, como por exemplo, o fato de brincar de boneca, no qual a menina faz o papel de mãe, e a boneca, o de filha. Segundo Scavone (2021), a sociedade compreende a maternidade como um momento que forma a identidade e essência feminina.

A partir do ano de 1960, com a disseminação da pílula anticoncepcional e outros métodos contraceptivos, as mulheres começaram a controlar a sua fertilidade, desenvolvendo assim, novas trajetórias de vida, de modo que a maternidade passou a ser vista como uma escolha, e não uma obrigação. (BADINTER, 2010, apud SILVA, 2016).

Somado a isso, há inúmeros outros fatores que levam as mulheres a optarem pela não maternidade. Muitas estão envolvidas com suas carreiras profissionais, seus estilos de vida, suas realizações pessoais, não possuem condições financeiras, ou reconhecem os grandes desafios de educar e cuidar de uma criança, ou simplesmente decidem não terem filhos por escolha própria, pois não desejam ser mãe. Esse último motivo, de acordo com Clementino (2021, p. 16), é intitulado de “não maternidade voluntária”.

Desse modo, mulheres que decidem não procriar são vistas pela sociedade com um olhar de estranhamento, pois compreende-se que tal decisão é anormal, visto que não vai de encontro com as expectativas sociais que compõem o papel social da mulher. (RIO e GOMES, 2009).

Figura 2: Meme relacionado a maternidade



Fonte: Melted videos. Instagram (2023)

Assim, quando a mulher diz “Não quero ser mãe”, ela é alvo de julgamento. Tal frase soa como algo absurdo à moralidade patriarcal, algo que não deve ser proferido, porque entende-se que a maternidade é a realização plena da mulher. De acordo com isso, Patias e Buas (2012, p. 302) relatam que:

As representações dos filhos como destino natural de toda mulher produziu a perspectiva de que a maternidade é o caminho da plenitude e realização da feminilidade. Trilhar esse caminho implica ter uma vida de renúncia e sacrifícios prazerosos indispensáveis à constituição da identidade feminina.

Não seguir esse caminho de “plenitude”, que acaba por ser até contraditório, pois é repleto de abdições, renúncias e sacrifícios, resulta na discriminação da figura feminina. O desejo de não ter filhos, infelizmente coloca as mulheres em um lugar de discriminação, resultando, assim, na negação de sua feminilidade, já que elas são tidas como “menos

mulheres”. Normalmente essas definições são atribuídas porque instaurou-se na sociedade que a maternidade é uma proeza divina, pois segundo diretrizes católicas e evangélicas, as mulheres foram destinadas por Deus para ser mãe.

Infelizmente escolher não ter filhos sem precisar explicar os motivos, ainda é um grande desafio para as mulheres, pois, em nossa sociedade, há uma verdade enraizada, segundo o qual é através da maternidade que a mulher se sente realizada, pois é o seu destino. Problematicar esse discurso e entender que a maternidade é uma construção social, política, econômica e cultural é primordial para uma melhor compreensão das vivências e escolhas femininas. E é justamente isso que o movimento “NoMo”, do termo em inglês “Not Mothers” (mães não) busca disseminar, além de debater acerca das dificuldades que é ser mãe.

Tal termo foi criado e popularizado pela associação britânica Gateway Women, fundada em 2009 por Jody Day, ativista inglesa dos direitos humanos das mulheres nulíparas². O movimento “NoMo” reivindica um espaço de liberdade e respeito para as mulheres que optam por não ser mãe: o respeito às decisões delas e a liberdade de poderem tomá-las sem precisar dar explicações. Desse modo, tal movimento, define em torno de 40% da população feminina brasileira, tendo em vista que o país atualmente tem menor taxa de crescimento desde 1872.

A falta de desejo em relação à maternidade sempre existiu e sempre veio acobertada por inúmeros fatos, alguns que citamos acima. A maternidade, por muito tempo, foi vista como o único destino previsível para as mulheres, porém hoje é questionada e tida como uma opção, e não mais como obrigação. Assim, quando falamos de não querer ser mãe, é extremamente válido pensarmos nas diversidades das mulheres e suas pautas.

Para muitas mulheres negras, as perspectivas negativas de futuro para uma criança, advindas do racismo, a levam a não desejar ser mãe, logo, não querem ter filhos para verem eles sofrerem. Já outras mulheres podem não querer ter filhos porque querem viajar o mundo, não querem deixar suas carreiras para cuidar de crianças. Outras podem não ter condições financeiras, ou até mesmo terem um sentimento de ansiedade em relação ao futuro do planeta, pois questiona como seria o mundo em que ela criaria a criança.

Podem haver também questões relacionadas à situação mental, medo de sofrer algum aborto ou violência obstétrica, insegurança alimentar e nutricional, falta de moradia e qualidade de vida, ou até mesmo podem estar enfrentando uma situação de pobreza, com pouco apoio social, poucos recursos financeiros e sensação menor de segurança. Ou medo de perder a liberdade, preocupações relacionadas ao abandono do parceiro ou quanto ao cuidado

² Mulheres que nunca tiveram filhos.

e sustento dos filhos, entre outros fatores. Ou as mulheres que mesmo tendo uma vida digna, uma boa carreira profissional não desejam ter filhos pelo simples fato de não querer.

Desse modo, em virtude do que foi mencionado, é extremamente importante ressaltar que a decisão da não maternidade está interligada aos motivos e vivências de cada mulher. As diversas realidades que as cercam influenciam nessa escolha. Compreender essas questões é dar visibilidade às pautas que cada mulher carrega. No entanto, apesar disso, infelizmente escolher não ter filhos sem precisar explicar os motivos, ainda é um grande desafio para as mulheres.

3. MATERNIDADE NEGRA

É lamentável falar que a maternidade negra sempre foi atravessada por injustiças e desumanização. No Brasil Colônia, as mulheres negras eram impedidas de alimentar seus próprios filhos, tinham sua maternidade negada, e muitas eram tidas como amas de leite dos filhos brancos dos colonos. Isso surge como forma de acomodação de conflitos e de estabelecimento, por meio da ênfase no afeto da “mãe preta” e pelo filho de seu “senhor”. Ou seja, um precário equilíbrio entre oposição tão arbitrariamente desiguais (DEIAB, 2006, p. 24).

Já nos dias atuais, a maternidade negra ainda é perpassada por várias violências e ideologias racistas, mas nada se compara ao período de escravidão. Atualmente há grandes esforços das mães negras em conseguir manter seus filhos vivos em um sistema racista brasileiro que associa diretamente a raça negra à violência e à criminalidade. Isso é um desafio diário, principalmente para as mães pobres e moradoras de favela que precisam enfrentar com extrema coragem toda a violência urbana e policial para assegurar e prevalecer a sua maternidade e seus filhos.

Deste modo, buscando trazer um melhor debate acerca da maternidade negra, será discutido neste capítulo aspectos referentes às questões relacionadas às violências propagadas à maternidade de mulheres negras escravizadas no período colonial brasileiro. Feridas essas que caminham ao lado das mulheres negras que vieram muito depois dessa época, como por exemplo a violência obstétrica - que também iremos abordar no capítulo - que tem como maiores vítimas esse público. Ademais, juntamente com essa discussão iremos trazer o mito da mulher negra forte, a fim de evidenciar que a maternidade negra é tratada como um jogo de sobrevivência perverso, violento, agressivo e opressor.

3.1 Mulheres escravizadas: gravidez e maternidade

As discussões que permeiam o papel da maternidade negra no Brasil é um convite à revisitação da história de escravidão e suas raízes na sociedade brasileira. Para Gonzalez (2018, p. 232), o fato de ser mãe preta numa sociedade brasileira, desde o período da escravidão, “é ver o filho – o filho, o companheiro, o irmão, seja lá quem for – sair para o trabalho, para a escola e não saber se ele volta, porque pode ser tranquilamente preso como vadio”, ou convenhâmos, até morto.

Sendo assim, vale a guisa de reflexão, ressaltar brevemente as diferenças históricas entre a situação de mulheres brancas e negras (DAVIS, 2016). Mulheres brancas são quase exclusivamente cuidadoras de seus filhos e responsáveis por tudo que permeia a vida da criança, já as mulheres negras, além de serem responsáveis pelo cuidado das crianças - as próprias e as dos seus senhores - lutavam contra a condição de escravidão (DAVIS, 2016). Sem contar também que muitas mulheres negras escravizadas gestantes cometiam suicídio durante o período do Brasil Colôni, e nos Estados Unidos, muitas preferiam tirar a vida das suas crianças com o intuito de impedir que o processo de escravidão fosse destino. (GONZALEZ, 2018).

Antes de adentrarmos na discussão acerca do tema deste tópico, “Mães negras e período escravocrata brasileiro”, é de grande importância recapitularmos um pouco a respeito do Brasil Colônia, grande período da história brasileira em que Portugal dominou e explorou o Brasil.

No período do Brasil Colonial (1530 a 1822), Portugal dominou e explorou o Brasil: escolheram colonizar as terras brasileiras mediante mão-de-obra escravista, elegendo os povos indígenas como primeiros explorados. Essa população era capturada por meio das chamadas “Bandeiras”, que correspondiam a excursões de homens em busca de indígenas para vendê-los aos fazendeiros. Também era possível adquirir novos escravizados através das alianças realizadas entre os portugueses e as tribos. Logo, quando as guerras entre as tribos³ indígenas cessavam-se, os derrotados eram entregues aos colonos para serem escravizados (FERECI, 2016).

Com o passar do tempo, a exigência, por parte dos portugueses, ao trabalho escravo e repleto de exploração das riquezas brasileiras resultou em inúmeros confrontos entre os

³ O termo “tribo” foi utilizado pela autora Federici (2016), porém é uma palavra inapropriada, tendo em vista que se refere a um lugar inapropriado e representa os povos indígenas como grupos que são incapazes de conviver sem a intervenção do Estado. Os termos adequados seriam “etnias” ou “aldeias”.

colonos e indígenas. Muitos indígenas não estavam habituados a uma rotina cansativa e de trabalho de excedentes, visto que sua cultura era fundamentada em uma agricultura de subsistência, logo, apenas visando suprir as necessidades alimentares da população. Tal processo, juntamente com as inúmeras doenças trazidas pelos portugueses, tais como, varíola, febre amarela e sarampo, ocasionaram milhares de mortes da população indígena.

Com a falha na escravização dos povos indígenas, os colonizadores portugueses perceberam a necessidade de novas mãos-de-obras mais resistentes às doenças. É nesse momento que surge o tráfico das pessoas africanas, uma vez que os mesmos já tinham contatos com povos brancos e suas doenças, pois na África a escravidão era uma instituição presente em algumas civilizações. Assim, a substituição da mão-de-obra indígena pela africana foi algo amplamente disseminado em toda a América, pelo fato de ter uma alta lucratividade para os colonizadores. A exploração vivenciada pela África resultou no desembarque de vários negros no Brasil (DEAB, 2006).

O período escravocrata brasileiro é fundamentado na apropriação dos corpos, especialmente no corpo da mulher negra escravizada que é violentado de inúmeras formas. Seu corpo é enxergado como um instrumento de trabalho que gera riquezas e futuros escravizados, já que seu corpo também é visto como um ambiente de reprodução. Pensar sobre a maternidade de mulheres negras escravizadas é mergulhar em dores e conturbações (MACHADO, 2018).

Processo esse, extremamente violento, atravessado por estupros e agressões, visto que tais mulheres eram “posse” dos senhores coloniais. A violência da escravidão era gritante. De acordo com Machado (2018, p. 239), “a mulher escravizada vivia duas vias contraditórias, pois em decorrência do fato dela pertencer a alguém, como poderia exercer o papel de mãe e protetora?”

Observa-se, portanto, a delimitação e reelaboração da identidade pessoal dessa mãe preta e escravizada, que é obrigada a desmamar o filho gerado para alimentar os filhos de seus senhores. Além da violência explicitada pela ruptura e a negação ao direito de amamentar e cuidar do filho, incorpora-se a ausência de afetividade nos conflitos vivenciados nessa separação e nas relações desenvolvidas com os filhos dos senhores (DEIAB, 2006).

O fato da mulher negra ser vista como um objeto e pertencer a uma família branca reforça a obstrução da possibilidade desta constituir seus próprios laços afetivos e reprodutivos. Dirigindo-se a ela o papel de ser forte e produzir leite, carinho e educação para os filhos de seus opressores que subtraem os filhos de suas mães pretas (SILVA, 2018).

Para Davis (2016, p. 19):

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar.

Como pode-se observar, a ideia de maternidade no contexto escravocrata não se estendia às mulheres negras. Não eram vistas como mães, mas como meras reprodutoras. Sua importância era medida apenas pela capacidade biológica de gestar e, no caso das amas-de-leite, produzirem alimento para os filhos dos seus escravizadores. O período escravocrata retirou a humanidade da vida das pessoas negras, tendo em vista que mesmo como força de trabalho, eram tidos como mercadoria (BAIA, 2020).

Figura 3: Ama de leite



Fonte: Metr  poles, 2019.

No que se refere às condições de escravizados no período colonial, mulheres negras eram alvo de requintes cruéis, a saber: jornadas excessivas de trabalho, objetificação, recorrentes violações dos seus corpos, impedimento da maternidade, dos afetos, da religiosidade. Muitas delas, “para responder às duras urgências do novo presente, decidiram não ter filhos escravizados. Assim, comprometeram seus órgãos sexuais aplicando plantas nocivas” (CABRERA, 2017, p. 121).

Reafirmando tais condições dos escravizados, Cabrera (2017) aponta como foi o processo de subalternização de povos africanos na América Latina e quanto esse processo se

assemelha em diversos países e ex-colônias. Em Cuba, em 1531, a base da economia começa a se afirmar com a produção de estocagem de tabaco, sendo esta uma atividade cotidiana das mulheres e dos homens negros escravizados. Todavia, as mulheres eram as mais exploradas, porque, ao final da jornada de trabalho na lavoura, tinham de alimentar no seio os filhos das mulheres brancas, em vez de seus próprios filhos, quando já eram também mães.

Observando tais contextos históricos, observa-se a movimentação e estruturação do comércio de escravizados (1790 a 1840), a partir da perspectiva de gênero. Esteve (2014) revela que a ação violenta do colonizado sobre os povos africanos encerrava mulheres, homens e crianças em uma só classificação: pretos primitivos, escravizados

Voltando para o contexto brasileiro, vale destacar que o Brasil foi um dos últimos países a aderir à abolição da escravatura. Miranda e Silva (2019) apontam que as lutas abolicionistas ocorreram de forma gradual e que se manteve a exploração de mão-de-obra escravizada por muitos anos. A estrutura racista do projeto escravocrata permaneceu no pós-abolição, reproduzindo estigmas, preconceitos, discriminações e exclusões que sustentam a marginalização dessa população no tempo presente.

As mulheres negras africanas também protagonizaram táticas de resistência para construir a emancipação em terras brasileiras. A respeito das realidades delas, as duas estudiosas reiteram:

[...] em 1857 as mulheres negras ainda eram escravizadas. Estavam nas lavouras, na casa grande, nas senzalas, nas ruas, produzindo sem descanso devido, sem benefícios, sem alimentação adequada. As mulheres negras escravizadas - ou mesmo as libertas - resistiam um dia de cada vez. [...] organizavam e lutavam de diferentes formas, por seus direitos, como escravizadas. E mesmo quando não tinham o reconhecimento e status de cidadãs, imprimiram estratégias exemplares de reinvenção de si. Participaram de movimentos que nasceram da sobrevivência dos tumbeiros, ou da própria terra de Vera Cruz (MIRANDA; SILVA, 2019, p. 103).

Partindo do fragmento supracitado e apoiando-se nos estudos de Lima (2018) também é fundamental abordar as experiências femininas negras no comércio, mas com uma nova ordem de comunicação, a escrita. As “escravas de ganho”, que circulavam nos espaços urbanos com uma maior liberdade eram as que tinham mais probabilidade de ler e escrever. E também tinham as “escravas da casa” que prestavam serviços domésticos, e as senhoras vindas da Europa, por exemplo, estavam entre as pessoas que ensinavam a leitura e escrita.

Outra questão a ser suscitada diz respeito à situação de mulheres negras africanas no contexto do pós-abolição no Brasil. De acordo com Ariza (2018), as mulheres que iniciaram suas primeiras atividades em pequenos comércios eram aquelas que traziam práticas

ancestrais das suas tradições culturais com as experiências econômicas entre países que correspondiam à antiga Costa da Mina, no continente africano.

Ainda nos estudos de Ariza (2018), também foram encontradas perspectivas de resistência no processo de alforriamento de mulheres negras no mesmo contexto de pós-abolição. Ela constrói um recorte histórico das lutas de mulheres negras pela alforria de seus filhos, descrevendo suas trajetórias para conseguir a promessa de “liberdade”.

Uma questão histórica desse momento é o fato de que muitos senhores e senhoras cobravam pelas cartas de alforria, isto é, a troca acontecia por meio de extensas jornadas de trabalho. Assim, a pseudoliberdade era obtida pela continuidade do trabalho intenso em diversas atividades que lhes possibilitavam a economia de míseros pecúlios.

[...] mobilizava esforços variados formando nova poupança, arranjando-se múltiplos empréstimos e uma fiadora e comprometendo-se, ao fim e ao cabo, com uma dívida nada módica de um conto e quinhentos mil réis, a serem pagos em um ano. (ARIZA, 2018, p. 152).

A historiografia nacional possibilita observar que essa mulher, ao se submeter ao trabalho árduo para conquistar a alforria, tinha em mente o projeto de emancipação feminino compartilhado com outras mulheres e da própria família. Por conseguinte, a defesa da autonomia de corpos e dos filhos esteve no projeto de libertação defendido pelas mulheres, reforçando a prevalência de se ter mais mulheres libertas em contexto pós-colonial do que homens (ARIZA, 2018).

3.2 Mulheres negras e direitos sexuais e reprodutivos

A violência obstétrica é um tema de grande relevância, porém na sociedade brasileira, essa temática ainda encontra-se em estado de invisibilidade, tendo em vista que nos meios de comunicação há pouco debate sobre a mesma. O desrespeito às leis sobre assistência às gestantes em trabalho de parto, parto e pós-parto é algo comum, principalmente em instituições da área da saúde (SILVA, 2018).

Entende-se por violência obstétrica todo ato que envolve abuso, descaso em relação aos direitos assegurados por lei e maus tratos proferidos às gestantes, parturientes e puérperas. Essa violência também está associada ao processo de negação de atendimento em qualquer unidade de saúde, além de humilhações e ofensas realizadas contra as mulheres e seus familiares. Essa violência apresenta um caráter completamente institucional, e se interliga

com a desumanização e precarização da assistência à saúde (VASCONCELOS apud SILVA, 2018).

É importante enfatizar que a violência obstétrica também se direciona ao gênero e à raça por várias questões. Dentre elas, podemos citar o processo de objetificação da mulher. A mulher perde a condição de sujeito, ficando totalmente exposta e vulnerável, e passa a ser reduzida a um corpo que pode sofrer qualquer tipo de intervenção médica. Atrelado a esses fatos, destacamos que mulheres negras acabam sendo as maiores vítimas da violência obstétrica (BAIA, 2020). Logo, é pertinente evidenciar a questão de violência obstétrica com recorte racial e o racismo presente na violência institucional no processo de assistência às mulheres negras.

A história do Brasil é fundamentada em séculos de escravidão e também em ideologias racistas que repercutem até hoje em nosso meio social. Mesmo com a abolição da escravidão, a implementação da Constituição de 1988, a população negra não tem seus direitos sociais fielmente assegurados, e consequentemente vivenciam um processo de marginalização (LIMA, 2004, p. 403).

Diante disso, é extremamente importante compreender que o racismo constituiu-se como um conjunto de ideologias, ideias e doutrinas sociais que inferiorizam determinados grupos étnicos, atuando, portanto, como um disseminador de desigualdade, e produzindo várias condições precárias de existência da população vitimada (CAMPOS, 2017, p. 2).

Sabemos que práticas racistas não são permitidas por lei, mas no cotidiano há relatos de inúmeras práticas preconceituosas de cunho racial, o que acaba por resultar na naturalização desse comportamento, principalmente em instituições de saúde. Tais locais, na maioria das vezes, são palco do racismo institucional.

Segundo o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI, 2006, p. 8), podemos compreender o racismo institucional como “o fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”. Nessa mesma perspectiva, Almeida (2019), afirma que o racismo institucional é compreendido como resultado do processo de funcionamento das instituições que atuam mediante duas vias, a de vantagens e desvantagens através do estigma de raça. Desse modo, discutir violência obstétrica, atrelando ao racismo institucional é compreender os diversos processos sociorraciais de violações reprodutivas vivenciadas pelas mulheres negras (ASSIS, 2018).

Quando nos referimos à violência obstétrica, sabemos que mulheres brancas e negras estão sempre à mercê de sofrerem este tipo de violência. No entanto, há uma certa diferença.

Em decorrência dos estereótipos racistas empregados às mulheres negras, esse público acaba por sofrer mais processos dolorosos no que diz respeito aos diversos momentos gestacionais, e tem menos acesso às leis garantidas por direitos, como por exemplo, acompanhante na hora do parto. Logo, essas mulheres não recebem a devida assistência durante o período de pré-natal, parto e pós-parto, devido a uma ideologia totalmente errônea de que as mulheres negras são fortes e resistentes à dor (RAMOS, 2020).

De acordo com o Ministério da Saúde, em 2018, mulheres pretas e pardas totalizaram 65% dos óbitos maternos no Brasil. Entre 1996 e 2018, foram registradas mais de 38 mil mortes maternas, sendo 67% decorrentes de causas obstétricas diretas: “complicações obstétricas durante gravidez, parto ou puerpério devido a intervenções desnecessárias, omissões, tratamento incorreto ou a uma cadeia de eventos resultantes de qualquer dessas causas (RAMOS, 2020, pág. 1).

Diante de todas as consequências do passado escravocrata e do racismo institucional, o meio social no qual estamos inseridos enxerga essas mulheres como não cidadãos, como um ser totalmente objetificado e que suporta qualquer tipo de dor e violação. A objetificação da mulher negra é gritante. Em detrimento desses fatores, tais mulheres sofrem maior mortalidade, além da violação do seu direito à vida e também à dignidade (DONATH, 2017).

Por fim, vale destacar que a violência obstétrica está atrelada à violência de gênero e outras violações de direitos cometidas nas instituições de saúde contra suas usuárias, integrando a violência institucional, exercida pelos serviços de saúde, tais como: negligência e maus-tratos dos profissionais com os usuários, violação dos direitos reprodutivos, entre outros (GOMES, 2014). E esses processos são dobrados quando dirigimos nosso olhar para as mulheres negras, que em detrimento das variadas manifestações de racismo tem uma assistência gestacional desumanizada, que também é resultado de discriminações interseccionais provenientes das múltiplas violências já institucionalizadas.

Como exemplo de toda essa desumanização e violência obstétrica, podemos destacar os seguintes casos: Alyne Pimentel e Rafaela Santos. A primeira mulher de nome Alyne, grávida de 6 meses, faleceu em 16 de novembro de 2003 em decorrência do péssimo atendimento que recebeu em uma unidade do Sistema Único de Saúde do Rio de Janeiro. A família, após a sua morte, recorreu à várias instâncias, chegando então ao Convention on the Elimination of All Forms Of Discrimination against Women (CEDAW), que traduzindo, corresponde ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres.

Em 2011 o CEDAW reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro na morte de Alyne, tornando-se o primeiro caso de mortalidade materna com decisão em órgão

internacional de direitos humanos. No entanto, 14 anos após a sua morte e apesar das recomendações de CEDAW, o Brasil até o momento não garante acesso adequado às mulheres gestantes a serviços de qualidade, permanecendo as diferenças de discriminação, especialmente em relação às mulheres negras. Nenhum mecanismo de enfrentamento ao racismo institucional foi incorporado às políticas de atenção à gestante e ao parto. (WERNECK e IRACI, 2017, p. 21)

Já a segunda vítima, Rafaela Santos, tinha apenas 15 anos quando morreu no dia 25 de abril de 2015. Procurou o Sistema Único de Saúde em trabalho de parto, no entanto só foi atendida 3 horas depois de chegar. Mesmo apresentando complicações, como pressão alta e pré-eclâmpsia, a equipe da unidade de saúde não quis encaminhá-la para a sala de parto cirúrgico e realizaram manobras para forçar o parto normal. Em decorrência da negligência sofrida, Rafaela teve eclâmpsia, ruptura do útero, hemorragia e também aspirou vômito. Mesmo sendo transferida em estado grave para um hospital, ela não resistiu e faleceu após dar à luz um menino.

Casos como esses nos mostram o quanto a desumanização das mulheres negras e seus corpos é algo naturalizado e internalizado no cotidiano como normal. De acordo com estudos realizados pela pesquisadora Maria do Carmo Leal, com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), observou-se umas disparidades sociais que estão presentes nos atendimentos realizados com mulheres negras gestantes. Logo, evidenciou que tal público é o que mais sofre violência obstétrica, realiza menos consultas obstétricas, sofre mais abortos, tem pré-natais inadequados e o direito do acompanhante negado. Mesmo a violência obstétrica sendo reconhecida como questão de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 2014, a cada ano que se passa, mais mulheres são vitimadas, sobretudo, mulheres negras.

Assim, as mulheres negras são as mais excluídas nos atendimentos de saúde, são vistas como aquelas que suportam mais dor, logo, não precisam de anestesia. Mulheres negras, e muitas vezes pobres, são as que mais morrem em procedimentos obstétricos. Suas mortes poderiam sim ser evitadas, mas não são devido ao racismo, ao fato desse público não ser enxergado enquanto um ser humano, um sujeito de direitos, mas sim como objetos que podem ser manuseados como os profissionais de saúde queiram.

Diante dessa discussão acerca da violência obstétrica contra mulheres negras, surge um debate muito importante sobre a questão dessas mulheres serem enxergadas como fortes, e, conseqüentemente, passam a ser caracterizadas como as que suportam mais dor. Logo, passamos a nos questionar o porquê disso.

A etnia negra enfrenta, desde o período de colonização, raízes profundas que se fundem com a opressão provocada nesse período, enxergando-lhe como força bruta motriz para mão-de-obra escravizada. A concepção disseminada de que o negro traz, geneticamente

características resistentes de força física e energia vital se confunde com a concepção social de escravidão: essas características servem para o trabalho pesado, para a resistência ao sofrimento (GOMES, 2014).

Aqui surge o mito da mulher negra forte: aquela que suporta trabalho pesado, muito sofrimento físico e psicológico em um contexto social que exclui sua identidade de gênero, etnia e sua individualidade enquanto sujeito de direitos. Dos muitos estereótipos utilizados com relação às pessoas negras, e que são problemáticos, a mulher negra forte, pessoalmente, é um dos mais que me incomodam porque bate diretamente com a realidade. Desse modo, vale ressaltar que esse estereótipo é escancarado no cotidiano das mulheres negras gestantes, resultando, assim, em diversas questões negativas na vida desse público.

“Negras são fortes e resistentes à dor.” “Não precisa de anestesia.” Percepções falsas como essas, e sem nenhuma base científica, muitas vezes são ouvidas em salas de hospitais e maternidades brasileiras do sistema público de saúde. Esse senso comum empregado resulta em um péssimo atendimento às mulheres negras e a um maltrato generalizado. Forçar a mulher a ultrapassar o limite do seu corpo é uma abordagem desumana e racista.

Paralelo a isso, é fundamental afirmar que esse mito não está apenas atrelado às vivências de mulheres negras gestantes. Ele também se expressa cotidianamente em outros cenários, tais como ambiente do lar, trabalho, entre outros. A sociedade “naturalmente” cobra das mulheres negras uma postura de fortes. Elas “precisam” dar contas dos familiares, dos filhos, além de trabalhar, sustentar a casa sozinhas, e de sobra, carregar o mundo inteiro nas costas. Logo, essas mulheres passam a assumir a obrigação de serem fortes por elas e pela família. São vistas como uma máquina de extrema força, habilidade emocional e tolerância. Mas as perguntas que ficam são essas: será que essas mulheres têm tempo para cuidar de si? Como o fato de vivenciarem várias situações complexas interferem na sua saúde física e mental?

Mulheres negras também se esgotam, se cansam fisicamente e mentalmente, podem possuir ansiedade e depressão, assim como qualquer outro humano. É inadmissível e injusto a forma como a sociedade as obrigam a assumir uma postura de inabaláveis, de heroínas, de que dão conta de tudo e de todos sozinhas sem desabarem.

No evento Power Trip Summit, a filósofa e pesquisadora Djamila Ribeiro, participou de um talk show sobre o mito da “mulher maravilha” e realizou uma fala muito potente a respeito da importância da humanização de mulheres negras:

Falar sobre isso é importante porque a construção que diz que a gente tem que tomar conta do mundo é caracterizada como um elogio. Dizem que a gente dá conta, mas também temos direito de viver e descansar. Fazer faculdade e mestrado sendo mãe, por exemplo, foi difícil para mim, mas eu me recuso a naturalizar esse lugar de força descomunal. Isso é extremamente desumano e violento para nós, porque a gente também quer ser humana, ser cuidada e amada. Também queremos ter nossos momentos de paz e de sossego. Precisamos chegar no entendimento de humanizar as mulheres e perceber que elas não são obrigadas a dar conta de tudo. (RIBEIRO, 2020, *apud* BRANDÃO, 2020).

Quebrar com esse mito é fundamental para que as mulheres negras reconheçam que não precisam ser fortes o tempo inteiro, 100%, e que podem pedir ajuda, compartilhar suas dores e angústias, fraquezas e vulnerabilidades, e entender que caso algo não saia conforme o planejado, não serão caracterizadas como fracas e irresponsáveis por isso. Humanizar as mulheres negras é fundamental para que as mesmas passem a respeitar seus limites, reconhecer suas fragilidades e limitações como uma forma de autoconhecimento e autocuidado.

4. MULHERES NEGRAS, RACISMO E MATERNIDADE

Neste capítulo, realizamos três estudos de caso sobre maternidade negra integrantes de violências advindas do racismo estrutural e institucional em nossa sociedade e de um Estado totalmente omissivo às pautas de mulheres negras, mães e pobres.

Segundo Yin (2005, p. 32), estudo de caso é uma investigação empírica que "investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real". Logo, os casos podem ser similares a outros, mas ao mesmo tempo distintos, pois cada uma possui suas particularidades.

Assim, para a realização dos estudos escolhemos os seguintes casos: Carolina Maria de Jesus, Mirtes Renata Santana e Kathlen Romeu. Decidimos escolher esses três casos porque todos eles tiveram uma grande repercussão nos meios midiáticos brasileiros e porque todos são compostos por mães negras que viviam em áreas urbanas compostas por moradias precárias e condições socioeconômicas vulneráveis e vivenciaram problemáticas relacionadas à maternidade.

Ademais, outros motivos para a escolha desses casos foram o fato das três mulheres - Carolina, Mirtes e Kathlen - serem significativas e emblemáticas em suas respectivas áreas e períodos históricos. Cada uma delas têm histórias que refletem desafios sociais, econômicos e raciais enfrentados por muitas pessoas em suas respectivas comunidades e países. Logo, ter escrito sobre elas foi uma forma de reconhecer suas lutas, dar voz às suas experiências e contribuir para a conscientização e ação em prol da justiça social e dos direitos humanos.

Quadro 1 - Comparação dos casos

	Carolina Maria de Jesus	Mirtes Renata Santana	Kathlen de Oliveira Romeu
Área profissional	Catadora de papel; Escritora; Poetisa; Promotora da própria obra e não apenas uma favelada que documenta a realidade em que vive.	Ex empregada doméstica que trabalhava presencialmente durante a pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19). Agora Mirtes é estudante de Direito e trabalha atualmente na ONG Curumim.	Designer de interiores e vendedora da loja FARM.
Localização da moradia	Favela do Canindé, São Paulo.	Subúrbio da Cidade do Recife, Pernambuco.	Comunidade Lins de Vasconcelos, Zona. Norte da capital fluminense.
Maternidade	Era mãe solo de 3 filhos: Vera Eunice, José Carlos e João José.	Era mãe de Miguel, de 5 anos de idade, seu único filho.	Estava grávida de 4 semanas.
Particularidades	Peregrinava em busca de melhores condições de vida, na tentativa de driblar a pobreza, a fome, a falta de moradia e de emprego. Vida bastante precarizada de forma estrutural e geracional.	Seu filho, Miguel, morreu após despencar do 9º andar de um edifício de luxo, onde trabalhava como empregada doméstica.	Kathlen, de 24 anos, foi alvejada com um tiro de fuzil no peito disparado por um policial militar.

Fonte: Sobral, 2024.

Observando esses pontos, concluímos que os tipos de caso que melhor se enquadraram para realizarmos a discussão foram o estudo de caso descritivo e explicativo. Descritivo porque apresentamos detalhes contextualizados. E explicativo porque explicamos a razão, o porquê dos fenômenos que circundam cada caso. Logo, nos propusemos nos três estudos de

caso mergulhar na realidade vivida por cada uma dessas mulheres, compreendendo assim, as condições objetivas que resultaram nos acontecimentos que cada uma vivenciou, e mostrando, portanto, como o racismo estrutural e institucional se fizeram presentes em cada uma das particularidades centrais que compõem os casos.

Desse modo, para a realização destes estudos nos estruturamos na dimensão bibliográfica, que, conforme Gil (2002, p. 44) é totalmente formulada mediante material já elaborado, tais como livros e artigos científicos, logo, são desenvolvidos através de produções de outros autores. Assim, utilizamos nos estudos de caso artigos científicos, teses e livros que abordam temáticas acerca da maternidade negra, da violência racista, sexista e misógina, do racismo estrutural e institucional, entre outros.

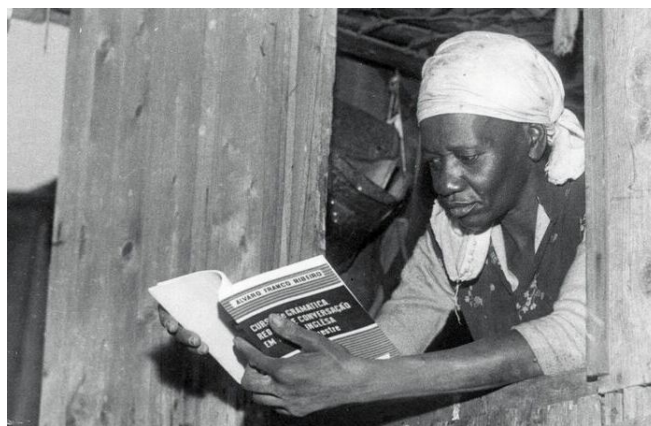
A partir desse processo, abordamos nos estudos de caso as problemáticas que perpassam a maternidade das mulheres de cada caso, a partir das interseccionalidades que sobrepõem suas identidades sociais, como raça, gênero e classe social. Por fim, os estudos de caso também buscaram confrontar a realidade de Carolina, Mirtes e Kathlen correlacionando com os entendimentos teóricos situados em livros e artigos, principalmente para uma melhor compreensão do sofrimento vivido por elas em decorrência da estrutura racista de nossa sociedade.

4.1 Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus, mulher preta, escritora brasileira, moradora da favela do Canindé, nasceu em Sacramento, Minas Gerais, era filha de pais analfabetos e separados. Aos sete anos de idade sua mãe lhe matriculou na escola, mas ela não pôde concluir os estudos porque precisou se mudar para zona rural em busca de trabalho, com sua mãe e seu padrasto. No entanto, mesmo com os estudos interrompidos, Carolina aprendeu a ler e a escrever, demonstrando assim, gosto pela leitura e escrita.

Suas obras apresentam uma característica marcante que é a denúncia. Em formato de diário, Carolina relata nas obras: *Diário de Bitita* (1986), seu apelido de infância, e *Quarto de Despejo - diário de uma favelada* (2006) as contradições sociohistóricas que oprimem o povo preto, pobre e periférico do Brasil. Carolina, portanto, narra suas experiências cotidianas na favela e em espaços sinônimos de segregação, trazendo ao conhecimento da população temáticas relacionadas à ausência do respeito aos direitos humanos, reconhecimento político, economia, cultura, violência institucional/policial, criminalização da pobreza, racismo, machismo, violência contra a mulher, entre outros temas complexos.

Figura 4: Carolina Maria de Jesus na Favela do Canindé



Fonte: Educação e Território, 2020.

Carolina, com seus escritos, causa certo impacto na sociedade brasileira, e principalmente no ramo literário. Para alguns críticos da época, seus diários não possuíam consistência literária e não passavam de um simples documento construído por uma "favelada". Em todo seu processo autobiográfico, Carolina passa a desafiar o discurso totalmente redutor e se enxerga como autora da sua própria narrativa, da sua própria história, desenvolvendo textualmente uma identidade múltipla.

O ato de escrita de uma mulher negra ocasionou certo incômodo no interior da produção científica hegemônica, que é marcada profundamente por brancos. Carolina de Jesus, com seus papéis e lápis, mostra que a voz pertence às mulheres negras, assim como a escrita, leitura e produção de conhecimento também. Tal questão de Carolina é o processo de “Escrevivência”, termo este criado pela linguista e escritora afro-brasileira, Conceição Evaristo.

A escrevivência está para além do que está escrito no papel. Como afirma Evaristo, tem a ver com a oralidade, com a gramática do cotidiano. Ou seja, é o que as mulheres negras escrevem a partir das suas falas, das suas vivências, que é algo muito presente em nossa herança ancestral. Ademais, podemos também relacionar a isso o que Lélia Gonzalez irá denominar de pretuguês, que é o português africanizado. Essa oralidade, esse jeito de falar está muito presente nos escritos de Carolina Maria de Jesus, tanto por parte da autora quanto dos personagens. Assim, sua escrita caminha por um viés cotidiano, e não por uma estrutura rígida e formal da escrita. Logo, isso não quer dizer que a escrevivência não seja literatura.

Portanto, como Evaristo (1994-1995) afirma: a nossa escrevivência não pode ser lida como se fosse uma canção de ninar para as pessoas da casa grande, e sim como algo que provoque incômodo nos seus sonos injustos. Logo, quando falamos de escrevivência falamos de mulheres negras escrevendo seus textos a partir do ser mulher negra em sociedades estruturalmente racistas e eurocêtricas.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertence também. (EVARISTO, 2020, p. 11, *apud* DUARTE; NUNES, 2021, p. 11)

Figura 5: Carolina Maria de Jesus produzindo escrevivências



Fonte: Itaú Cultural, 2022.

Carolina de Jesus, sempre buscou descrever suas vivências de maneira bastante detalhada, expondo, portanto, os mínimos detalhes que compuseram os momentos. No *Diário de Bitita* (1986), Carolina narra o quanto ela e sua família precisou peregrinar em busca de melhores condições de vida, na tentativa de driblar a pobreza, a fome, a falta de moradia e de emprego, mudando assim, várias vezes de cidade e residência, evidenciando, portanto, uma precarização da vida de forma estrutural e geracional na sua família, em decorrência da grande negação de direitos.

Com a morte de sua mãe, única pessoa narrada na obra que realmente se preocupava com Carolina e buscava protegê-la, ela decidiu ir para São Paulo, já que “era a capital mais desenvolvida do país e muito se comentava acerca das possibilidade de encontrar trabalho e, por conseguinte, melhores condições de vida.” (JESUS, 1986, p. 21).

Em São Paulo, mais uma vez, encontrou dificuldades extremas para sobreviver: construiu sua casa na Favela do Canindé com madeira, lata, papelão e outros materiais encontrados. Com três filhos - todos de pais diferentes que jamais assumiram as obrigações conjugais, nem paternas -, sozinha e morando precariamente na periferia, Carolina se esforçava catando papel para conseguir o pão de cada dia para ela e seus filhos comerem (JESUS, 2006).

[...] Esfomeada e em luta constante para conseguir comida para a sua família, a luta pela sobrevivência era – e sempre foi – o eixo principal da argumentação de Carolina. Nem o racismo, nem sua condição de mulher predominavam. (MEIHY, LEVINE, 1994, p. 33).

Nota-se, portanto, que a fome e a sobrevivência são o foco do discurso de Carolina. Questões essas que ela tenta repassar para nós através das palavras escritas no diário e que muitas foram aprendidas com as leituras de jornais e revistas encontradas no lixo. Carolina teve como objetivo fazer com que as pessoas conhecessem o seu cotidiano árduo e difícil, que aflige e assusta.

A autora buscou relatar também em seus escritos suas experiências de trabalho mal remunerado e sem amparo de direitos como lavadeira de roupas, catadora de lixo, para que assim, pudesse, mesmo que pouco, manter a alimentação de seus filhos (JESUS, 2006). Carolina vivia diariamente a sobrecarga de trabalho e angústia ao ter que procurar papéis e trocar por dinheiro, pelo menos para receber o suficiente para alimentar seus três filhos. Sendo assim, a autora faz questão de deixar bem evidente em seus escritos a respeito disso:

Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levoa nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo. Refleti: preciso ser tolerante com meus filhos. Eles não tem ninguém a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar (Jesus, 2006, p.19)

Logo, observa-se no fragmento supracitado, que Carolina reclama da sobrecarga que as mães solos possuem ao exercer a maternagem, cuja função vai desde os cuidados básicos com a criança - educação, saúde, afeto -, e até a questão de ter que trabalhar ao máximo para sustentar a família, que no seu caso é um labor autônomo, insalubre, informal, precário e mal remunerado. Além de ter uma infância sofrida, a vida adulta e a maternagem de Carolina também se resumem ao sofrimento.

Como já relatado anteriormente ao longo do texto, na obra Quarto de Despejo - diário de uma favelada, Carolina Maria de Jesus se intitula enquanto mãe negra, solteira, que sustenta os seus três filhos sem nenhum suporte da família, rede de apoio, um cônjuge ou até

mesmo os pais das crianças. Essa situação social e cultural de Carolina nos permite notar uma maternidade angustiante, difícil e sofredora. Assim, dentre todas as identidades da personagem que podemos notar ao longo da leitura do livro, a mais intensa é a materna.

A escritora não tinha em seu cotidiano a presença masculina dos pais dos seus filhos ou até mesmo de um padrasto. Ela era mãe solo, que além de trabalhar para o sustento dos filhos, ou seja, realizava o papel que a sociedade atribui ao homem, realizava também o papel feminino, que também era atribuído. Logo, notamos mais de uma vez ao longo das páginas do livro, Carolina se cobrando por não ter sabão para lavar as roupas e as latas em que preparava as comidas, por não ter roupas de cama, e muito menos roupas para ela e as crianças vestirem.

Apesar das adversidades presentes em seu cotidiano, Carolina constrói uma maternagem fundamentada no dever, no cuidar, no amor e na responsabilidade: “[...] os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los [...]” (JESUS, 2014, p. 16-17).

Sendo assim, Carolina, muitas vezes estando doente, sem comer direito e cansada, ia para às ruas revirar lixos e catar papel para que suas crianças não morressem de fome. O ambiente inóspito e conflituoso que era a favela exigia de Carolina muito mais esforço e resistência para lutar pela sua sobrevivência e dos seus filhos. Sua identidade materna é totalmente formulada de caráter, amor, preocupação com a vida dos filhos e sobrevivência no lugar em que residem. Ademais, ela busca também ser bom exemplo para os filhos: “Mas, não vou beber. Não quero viciar. Tenho responsabilidade. Os meus filhos! E o dinheiro gasto em cerveja faz falta para o essencial. O que eu reprovo nas favelas são os pais que mandam os filhos comprar pinga e dá as crianças para beber [...]” (JESUS, 2014, p. 21).

É possível observar nesse trecho que Carolina não se deixa viciar em bebida alcoólica pelo fato de que ela sempre buscou transmitir para os filhos um bom exemplo, e também obter o respeito deles, para na medida do possível poder educá-los, pois nota-se que o ambiente em que eles estavam inseridos encontrava-se propício para vícios e criminalidade, visto que em muitas passagens do livro é perceptível várias descrições de violência doméstica entre a população da comunidade, que configuramos como algo extremamente complexo e atrelado a inúmeros fatores que cercam a vida dos moradores, como estupros, abusos e assédios.

Ademais, se exteriorizam também denúncias de violência infantil, agressões, como por exemplo o que aconteceu no dia 20 de julho de 1958: “O senhor Alexandre começou a bater na esposa. A Dona Rose interviu. Ele dava pontapé nos filhos. Quando ele ia enforçar a Dona Nena, a Dona Rosa pediu socorro...” (JESUS, 2007, p. 97).

Esse registro de violência contra a mulher e criança, assim como tantos outros, estão presentes ao longo de toda a narrativa. Assim, outra situação que era bastante persistente na comunidade era o problema do alcoolismo. O álcool, na maioria das vezes estava atrelado às discussões e brigas de moradores e familiares, e acabava mostrando-se como um combustível para a violência verbal e física na favela, resultando, portanto, em problemas graves de saúde e até mesmo em crimes.

Contudo, percebe-se que para além das questões relacionadas à fome, a favela era atravessada por brigas entre a população e diversas atitudes e comportamentos que eram maus exemplos para as crianças, e isso acarretava em certa aversão de Carolina pelo lugar, chegando até se referir à comunidade como “inferno”.

Apesar do Brasil na época vivenciar o ideal de progresso do governo de Juscelino Kubistchek, com o Plano de Metas e seu lema “Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”, buscando melhorar o transporte, educação, alimentação, energia e indústria, Carolina e tantos outros viviam em péssimas condições e na busca incansável por sobrevivência, uma vez que esse desenvolvimento e crescimento do país não abrangia a totalidade da população, logo, excluía a grande maioria das pessoas pobres.

Carolina era revoltada com essa situação que tinha que enfrentar todos os dias para sobreviver e tentar ter lucro com os restos que recolhia, o que fazia a escritora se sentir muitas vezes impotente por não ter possibilidade de oferecer algo bom e do melhor para seus filhos, tal como alimentação digna e farta, roupas, sapatos e uma moradia melhor, como por exemplo, uma casa de alvenaria, que ela tanto almejava. Como Carolina alcançaria esses sonhos, esses desejos que preenchiam seu corpo e sua mente?

Numa manhã de maio de 1958, a favela do Canindé, em São Paulo, tinha por suas ruas e becos o escritor e jornalista Audálio Dantas, da Folha de São, que fora ao local realizar uma reportagem sobre o cotidiano e as vivências da população que lá morava, quando viu Carolina sair do barraco em que morava para reclamar com alguns garotos que não deixavam as crianças utilizarem os brinquedos que foram instalados pela prefeitura no lugar, e falando que iria colocar o nome dos garotos em seu livro.

Tal fala de Carolina, na época, despertou certa curiosidade de Dantas, o que o fez se aproximar para conversar, e a escritora o levou até o cômodo em que morava com seus três filhos, e mostrou-lhe seus cadernos repletos de saberes, que ela escrevia desde os anos de 1940. Dantas, por sua vez, impressionado com os escritos que Carolina mantinha, publicou em 1958, no jornal Folha da Noite, trechos dos diários, e em seguida na revista Cruzeiro.

Após várias revisões dos cadernos, Audálio Dantas extraiu deles o livro *Quarto de Despejo*, publicado pela primeira vez pela Livraria Francisco Alves em 1960. Carolina Maria de Jesus e seus escritos começaram a ganhar fama. Seu livro vendeu mais de 100 mil exemplares em poucas semanas, e recebeu várias traduções na Alemanha, Estados Unidos, Japão, França, entre outros países.

Figura 6: Carolina de Jesus e Audálio Dantas na favela do Canindé



Fonte: Portal dos Jornalistas, 2021.

Assim, falar de Carolina, é evidenciar, para além dos seus sofrimentos, suas conquistas, seus feitos. Sabemos que grande parte de sua vida foi perpassada por angústias, porém não podemos focar apenas nisso. Tal questão nos faz lembrar do trecho da música “AmarElo (Sample: Sujeito de Sorte - Belchior) (part. Pabllo Vittar e Majur)”:

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes (oh)
 Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência (oh)
 É roubar o pouco de bom que eu vivi
 Por fim, permita que eu fale, não (não) as minhas cicatrizes (oh)
 Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
 É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir (AMARELO, 2019)

Carolina Maria de Jesus sangrou demais e chorou para cachorro, mas apesar das suas cicatrizes, de todo o preconceito e racismo que a circundavam, que tentavam lhe apagar, foi e

continua sendo uma escritora brasileira muito importante para o país, e produziu obras com forte carga de denúncia social e relatos de sua luta. Sua trajetória e importância não podem ser resumidas às mazelas de sua vida. Seu auge literário, a história de sua vida em um livro é algo grandioso e que reverbera mais de sessenta anos depois do seu lançamento. Outra questão bastante grandiosa para a autora é a sua saída da Favela do Canindé, em dezembro de 1960, para uma moradia temporária em Osasco, e depois para sua tão sonhada casa de alvenaria, comprada pela própria Carolina.

Assim, diante dessas questões, não teria desfecho melhor para esse tópico do que a seguinte frase da escritora: “Tem dia que dou risada pensando na confusão de minha existência. De lixeira a escritora. Tenho a impressão que eu era ferro, e virei ouro. A minha vida metamorfoseou-se” (Carolina, 2021, np) Logo, resumir Carolina Maria de Jesus às suas mazelas, é não dar visibilidade aos seus grandes feitos em vida. Carolina é potência, é garra, é sabedoria, é escritora, compositora, poetisa brasileira. Carolina é uma das figuras mais importantes da literatura brasileira.

4.2 Mirtes Renata Santana de Souza

02 de junho de 2020 foi marcado por uma tragédia que tomou proporção nacional. Jornais, revistas, noticiários e redes sociais disseminavam informações acerca do caso Miguel. O menino Miguel Otávio, com apenas cinco anos de idade, caiu do 9º andar do Condomínio Pier Maurício de Nassau, um dos imóveis de luxo do conjunto conhecido como “Torres Gêmeas”, no Cais de Santa Rita, no Recife, enquanto estava sob a custódia da patroa de sua mãe.

Sarí Mariana Gaspar Corte Real, mulher branca, primeira-dama de Tamandaré, Litoral Sul de Pernambuco, deixou-o sozinho no elevador do prédio em que morava enquanto a mãe de Miguel, Mirtes Renata Santana de Souza, mulher negra, empregada doméstica da família Corte Real, passeava na rua com a cadela dos patrões.

Miguel foi até o elevador afirmando que queria ver a mãe. Sarí deixou ele sozinho dentro do elevador e apertou o botão da cobertura. Quando Miguel saiu do elevador, passou por uma porta e teve acesso a um corredor, escalando assim uma janela de 1,20 metros de altura. Depois, ele chegou em uma área de condensadores de ar e caiu de uma altura de 35 metros. Sarí foi acusada por abandono de incapaz, resultando assim, na morte de Miguel (SOUZA, 2020).

Figura 7: Condomínio Pier Maurício de Nassau



Fonte: UOL Notícias, 2020

A morte do menino Miguel, nos fez analisar o contexto social atual e perceber que mesmo após mais de 130 anos de abolição da escravidão no Brasil, ainda é possível ver “sinhazinhas” e “mucamas”. A relação histórica do trabalho doméstico sendo desenvolvido em grande parte por mulheres negras é um aspecto essencial de como o racismo se fortalece e se estrutura nas relações de trabalho e serviço até os dias atuais no Brasil. Tais relações restauram o período colonial. E isso torna-se ainda mais relevante quando recordamos que no período da morte de Miguel, estávamos vivenciando uma crise sanitária brutal, econômica, social e política proveniente da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19), que provocou o caos no mundo e chegou ao Brasil por volta de fevereiro de 2020.

Ademais, nesse mesmo período, o Poder Público brasileiro fora colocado em xeque: garantir os acessos aos direitos básicos e fundamentais da vida humana, como saneamento básico, hospitais e medicamentos, alimentos, moradia e o direito ao isolamento social digno e seguro. Ainda sem entender como proteger sanitariamente a população e sem tratamentos definidos, o país perdeu milhões de vidas humanas para a Covid-19 (SOUZA, 2020).

Nota-se, portanto, que era um período em que o isolamento total fazia-se necessário para que a ciência tivesse tempo de reduzir os números crescentes e desenfreados de contaminação e traçar estratégias na busca de uma vacina e tratamentos que fizessem eficazes para o salvamento de vida. Porém, diante de toda essa questão, o que Mirtes fazia fora de casa com seu filho menor de idade?

Para Mirtes e Miguel, os dias estavam completamente distantes da normalidade. Doméstica, com um filho para criar, enfrentando insegurança alimentar e o temor em perder sua única fonte de renda para sobreviver, Mirtes continuou trabalhando. Devido a pandemia, as redes públicas de ensino suspenderam as aulas, e Miguel precisou acompanhar a mãe nas 42 suas atividades laborais, pois não tinha ninguém para ficar com ele, e Mirtes não foi liberada do trabalho. Mirtes viu-se obrigada a continuar exercendo suas funções laborais para manter o bem-estar de seus patrões - mesmo o trabalho doméstico não sendo caracterizado como essencial no período pandêmico - arriscando assim, sua vida e a do seu filho para continuar lutando pela sobrevivência.

Assim, sobre a condição de empregada doméstica no Brasil, sabe-se que ela é essencialmente feminina e realizada, sobretudo, por mulheres negras, pobres e com poucos anos de escolaridade. Segundo relatório do IPEA (2018), as mulheres correspondiam a 92% dos trabalhadores domésticos, que recebem em média cerca de 92% do salário mínimo atual e apenas 28,6% delas têm carteira assinada.

Logo, identifica-se, aqui, que a condição humana de ser mulher, negra, periférica, mãe e ainda empregada doméstica é, mais uma vez, historicamente replicada: a falta de amparo afetivo de políticas governamentais que atuem na vida concreta dessa população, impulsiona o subjugamento da força de trabalho - muitas vezes em condições de risco de morte - para suprir as necessidades básicas de sobrevivência, tais como moradia, alimentação e saúde.

Dessa maneira, retomando as características apresentada pelo caso, Souza (2020, p. 3), destaca:

Além de cuidar da casa e da filha de Sarí, Mirtes também precisava levar a cachorra da família para passear e, neste momento, deixou Miguel brincando com a filha da patroa, ambos sob os cuidados de Sarí, que estava no apartamento de luxo fazendo as unhas com uma manicure. Sarí, todavia, permitiu que Miguel saísse sozinho do apartamento e entrasse no elevador para procurar Mirtes. Miguel, no entanto, encontrou a morte, ao cair do 9º andar do prédio. O menino foi encontrado praticamente sem vida pela própria mãe, que retornava com a cachorra da patroa ao edifício. Sarí chegou a ser presa por homicídio culposo, mas foi solta ao pagar fiança no valor de vinte mil reais.

A exemplo do período escravocrata, a vida do menino Miguel foi precificada com uma fiança para liberação da patroa de sua mãe, e a dor da perda de um filho, de forma trágica, foi ignorada. A necessidade de sacrificar a vida do seu filho para manter o emprego, em plena pandemia de Covid-19, foi esquecida pela justiça. Aliás, reflete-se que a justiça - num primeiro encontro - voltou suas atenções à patroa branca, rica, e Mirtes, doméstica negra e pobre, teve suas dores invalidadas, suas necessidades descartadas.

Assim, conforme afirma Hooks (2018), as mulheres brancas, muitas de classes privilegiadas, conseguiram garantir e pôr em prática alguns direitos em decorrência das lutas feministas, visto que faziam parte de grupos que recebiam atenção pública, enquanto as mulheres trabalhadores, em sua maioria negras, nunca tinham suas necessidades e questões valorizadas e postas em evidência pela mídia. (HOOKS, 2018, p. 56)

E foi exatamente isso que aconteceu no caso do menino Miguel. A invisibilidade da mulher negra e de suas dores na sociedade. A invisibilidade de Mirtes e sua maternidade. A modernidade racializada e racista em que vivemos não possibilitou que ela fosse enxergada inicialmente enquanto um ser humano, uma mãe, um sujeito identitário e político que possui suas demandas e reivindicações. Mirtes e Miguel foram desumanizados, principalmente pelo meio midiático que se preocupou de início em não divulgar o nome da patroa, para não manchar sua imagem e a do seu marido, Sérgio Hacker.

Ao longo dos anos, a mídia sempre veio retratando a população negra em um lugar de subalternidade, levando a sociedade a se acostumar com a exibição de corpos negros desumanizados em várias situações, tais como de violência, crime e morte. Tal prática advém da escravidão, e perdura até os dias atuais. O genocídio de corpos negros é naturalizado. Em contrapartida, a mídia tem também o papel de conscientizar e sensibilizar. Desse modo, a partir do momento que temos pessoas negras assumindo o protagonismo de narrar as notícias, de dar visibilidade aos fatos e construir opiniões, a população negra se vê representada.

Foi justamente nesse contexto de protagonismo negro, que Mirtes teve suas dores e angústias ouvidas. Dois dias após a morte de Miguel, mais de 400 mil pessoas haviam assinado uma petição online nomeada Justiça por Miguel, que atualmente tem quase 3 milhões de assinaturas. Três meses após a morte de Miguel, exatamente no dia 02 de setembro, a Articulação Negra de Pernambuco, Mana Bernardes e a família de Miguel, em conjunto com o Gabinete Assessoria Jurídica Organizações Populares (Gajop), o Coletivo Negritude de Audiovisual em Pernambuco e outros movimentos sociais lançam a campanha Ouçam Mirtes, mãe de Miguel para clamar por justiça, fortalecer, ampliar e disseminar a voz de Mirtes e suas reivindicações.

Já seis meses depois do falecimento de Miguel, em novembro de 2020, o Falas Negras, especial exibido pela TV Globo, rede de televisão comercial aberta brasileira, trouxe discursos e depoimentos históricos para celebrar o Dia da Consciência Negra e conscientizar acerca de toda força, resistência e o sofrimento que a população negra viveu no Brasil desde a colonização. Entre as diversas pessoas que marcaram a história da população negra no Brasil e no mundo, estava Mirtes Renata Santana de Souza, mãe do menino Miguel, que foi

interpretada pela atriz Tatiana Tibúrcio, que trouxe na sua encenação a dor, angústia e tristeza de uma mãe negra, empregada doméstica, pobre e periférica que enterrou seu filho em decorrência do descaso, abandono e desprezo por vidas negras e clama por justiça.

Com a tamanha repercussão do caso, é válido destacarmos que em maio de 2022, quase dois anos após a tragédia, Sarí Corte Real, foi condenada a 8 anos e 6 meses de prisão por abandono de incapaz com resultado morte, mas estava respondendo em liberdade. Podemos ressaltar, portanto, que observando o fato do Brasil ser um país repleto de desigualdade racial, com o racismo estrutural entrelaçado nas diversas relações existentes entre a classe dominante e os trabalhadores domésticos, há sempre certo receio de que as decisões advindas da justiça, ou seja, em casos como o de Miguel, sejam favoráveis às pessoas poderosas que estão no banco dos réus, como por exemplo, Sarí, mulher branca e rica.

No entanto, no dia 08 de novembro de 2023, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) reduziu a pena de 8 anos e 6 meses de prisão que havia sido aplicada, para 7 anos em regime fechado. A defesa da ex-primeira-dama de Tamandaré, exigiu a anulação da condenação de Sarí mediante o argumento de que não houve crime.

Sarí permitiu que Miguel entrasse no elevador e andasse sozinho no condomínio para procurar a mãe. Tal ação resultou na morte do menino. E isso não é considerado crime? E se fosse ao contrário? Se fosse o filho da patroa, como estaria Mirtes? Será que ela iria responder em liberdade? Ou desde o primeiro momento teria sido presa e condenada por homicídio doloso na tarde daquele 02 de junho? Há uma justiça para negros, e outra para brancos.

Figura 8: Em manifestação no Recife, família de Miguel e sociedade civil pedem justiça



Fonte: Estadão, 2020.

À época da morte de Miguel, Sarí foi presa em flagrante, autuada por homicídio culposo, mas pagou fiança de R\$ 20 mil e foi liberada. E como já questionado acima, indagamos novamente: E se fosse o contrário? Diante de tais processos, nos cabe pensarmos acerca do racismo institucional.

Conforme os ativistas Stokely Carmichael e Charles V. (1971), o racismo institucional é um tipo de sistema de desigualdade que se baseia em raça e que ocorre em instituições como órgãos públicos governamentais, instituições públicas ou privadas, empresas, entre outros. Uma vez que esses lugares são formados por pessoas que estão imersas na sociedade racista, os grupos que detém o poder, que de modo geral, são homens brancos organizam mecanismos para estabelecer seus interesses, sejam eles econômicos, culturais, sociais e políticos, logo, acabando por levar o racismo estrutural - comportamentos repletos de preconceitos referentes às pessoas negras, a partir de construções sociais pré-estabelecidas -, para dentro das instituições.

Todo esse racismo, tanto estrutural, quanto institucional diante do caso de Miguel, foram os motivos que levaram Mirtes a cursar a graduação em Direito após a morte do seu filho. Tudo era muito escancarado e presente: os meios midiáticos não faziam a mínima questão de referir a Mirtes pelo seu nome, e apenas como mãe de Miguel ou empregada doméstica; os órgãos públicos e a polícia sempre mantinham uma postura de amenizar a situação para Sarí. E Mirtes? O amparo e solidariedade para ela nunca foram questões pensadas de primeira.

Diante disso, é válido enfatizarmos que o processo de letramento racial de Mirtes foi extremamente importante para enfrentar todas as questões que envolvem o Caso Miguel. De acordo com a pesquisadora e psicóloga Lia Schuman, o letramento racial diz respeito à necessidade de quebrar, desconstruir as variadas formas de pensar e agir que foram naturalizadas. Logo, se não evidenciarmos que a nossa sociedade é fundamentada numa lógica eurocêntrica e totalmente guiada pelo privilégio branco, iremos viver com uma falsa e perversa ideia de igualdade, respeito, porque o racismo é tanto estrutural, quanto institucional.

Assim, a partir do momento em que Mirtes passa a ter uma certa reeducação racial, desconstruindo formas de pensar e agir que são naturalizadas e normalizadas em nosso meio social, em relação a pessoas negras e brancas, ela começa a ampliar a sua voz, a ingressar em movimentos sociais, a buscar fortemente por justiça, e até mesmo, a realizar a graduação em Direito, que segundo ela, seria uma maneira de honrar e preservar a memória e imagem de Miguel, além de atuar em outros conflitos parecidos com o dela (SOARES, 2022).

Pensar em uma justiça igualitária e que esteja informada e ciente do seu papel no combate a todas as atrocidades do racismo estrutural e institucional que assolam o Brasil é pensar quase em algo utópico, já que diariamente nos deparamos com crimes e mais crimes contra pessoas negras.

Miguel era pra estar vivo. Sua morte poderia ter sido evitada se Sarí o tivesse enxergado enquanto criança, enquanto um ser humano. No entanto, conforme afirma Chiara Ramos (2020), "Pessoas brancas só convivem com pessoas negras em posição de subalternidade". Cuida bem dos seus e de si, mas dos outros nem tanto". O carinho, o respeito e a empatia pela vida de Miguel foram descartados totalmente. Isso nos faz pensar que se no prédio tivesse um menino branco ou uma criança que alguém caracteriza-se como amável, doce, frágil, Sarí dificilmente teria deixado entrar sozinha no elevador e apertado o botão da cobertura, para o mais longe possível de sua vista.

A morte de Miguel e todas as circunstâncias que a entrelaçam permanecem na memória e sempre estarão vivas no vídeo em que ele é deixado sozinho no elevador. Sua morte, além de escancarar a violência vivenciada pelos povos negros desde o período escravagista e as diferenças sociais que foram construídas em decorrência da exploração e desprezo por vidas negras, escancara também o racismo, que tomou outras formas, perpassando assim por relações trabalhistas, como o privilégio branco de ter uma pessoa trabalhando em casa durante o período de pandemia decorrente do Novo Coronavírus (Covid-19) e a desatenção que Miguel recebeu. O racismo estrutural permeia a sociedade em instituições, mas também está presente nas subjetividades de cada ser humano.

4.3 Kathlen Romeu

Kathlen Romeu, de 24 anos, era designer de interiores e estava grávida de 14 semanas quando morreu, no dia 08 de junho de 2021, terça-feira, após ter sido atingida por uma bala de fuzil durante uma troca de tiros na ação ilegal da Polícia Militar (PM) do Rio de Janeiro na comunidade Lins de Vasconcelos, Zona Norte da capital fluminense enquanto caminhava com Sayonara Fátima, sua avó. Um mês antes de sua morte, Kathlen tinha se mudado da comunidade do Lins justamente por conta da extrema violência.

O Brasil, neste mesmo ano de 2021, havia vivenciado a maior chacina da história do Rio de Janeiro, ocorrida no bairro do Jacarezinho no mês de maio, além do enfrentamento à pandemia de Covid-19. Diante disso, nos deparamos, portanto, com um genocídio que ocorre

há mais de 500 anos e que tem sido cada vez mais incrementado em sua forma de tirar vidas negras (COSTA, 2022).

Conforme pesquisa realizada em 2021 pela Rede de Observatórios da Segurança, denominada de “Pele alvo: a cor da violência policial”, entre as 2.625 mortes provenientes de ações policiais, 82,7% são de pessoas negras. Segundo análises, o Rio de Janeiro foi o que mais apresentou homicídios de pessoas negras provocados pela polícia, sendo, portanto, 939 registros entre os 1092 que tiveram a cor de pele certificada. Tudo isso nos mostra o quanto 46 está enraizada uma desigualdade na estrutura social brasileira, que de modo sistemático mata pessoas negras com uma frequência muito maior que as brancas. Sendo, portanto, algo que advém desde a escravidão.

Infelizmente, Kathlen foi mais uma vítima dessa extrema brutalidade, e diante disso, identifica-se que mais uma maternidade negra recebeu seu ônus. Tiraram de Kathlen o direito à vida e de ser mãe. Kathlen era mulher negra, moradora de favela e tinha conquistado sua ascensão social, mas teve sua vida e a do seu bebê interrompida em decorrência da violência policial totalmente ocasionada pelos diversos problemas sociais brasileiros provenientes da grande omissão do Estado. A força de segurança que devia assegurar o direito de ir e vir dos cidadãos, igualitariamente, não exitou em seifar mais uma vida negra.

Por muita insistência de Sayonara aos policiais militares, Kathlen foi levada para o Hospital Municipal Salgado Filho, localizado no bairro do Méier. É aí que indagamos: e se Sayonara não estivesse com ela? Provavelmente seria mais um corpo negro estendido no chão, totalmente vulnerável, desumanizado, marginalizado e submetido à violência racial-colonial e também à de gênero.

Figura 9: Protesto contra o assassinato de Kathlen Romeu, grávida de 14 semanas



Fonte: Estadão, 2021.

Diante desse cenário, pode-se afirmar que Kathlen foi mais uma vítima da necropolítica que assola as comunidades do Brasil, principalmente o Rio de Janeiro. Entende-se por necropolítica, termo criado pelo cientista e político camaronês Achille Mbembe, como uma política de morte para o controle das populações, com táticas de exclusão e perseguição instauradas. A necropolítica é caracterizada como um regime de governo, pois o mesmo decide quem viverá e quem morrerá, e de que maneira viverão e morrerão. A ditadura militar no Brasil foi um desses momentos, e a escravidão também. E atualmente estamos vivenciando essa necropolítica nas mortes diárias de pessoas negras por policiais.

A necropolítica estabelece parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada. Ela não se caracteriza apenas por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos. Logo, entendemos que não é apenas deixar morrer, é fazer morrer também. O poder de morte, esse necropoder, é um elemento poderoso e estrutural do capitalismo neoliberal de hoje, que atua mediante práticas e tecnologias de gerenciamento de morte de certos grupos e populações. (CASTRO, 2021)

Diante dessa explanação acerca da necropolítica, afirmamos que a morte de Kathlen não é uma exceção. Kathlen não é a primeira e sabemos que não será a última. Sua morte incorpora o levantamento realizado pela plataforma Fogo Cruzado no qual dentre 715 mulheres baleadas acidentalmente em operações militares desde 2017 no Rio de Janeiro, 15 são mulheres grávidas. Assim, é preciso nos atentarmos, e não naturalizarmos, que, tal como a morte de Kathlen, diariamente acontecem novos casos em que as políticas de segurança pública construídas por meio da força policial, do efetivo na rua, da brutalidade, da violência, vitimam impetuosamente a população negra e periférica do Brasil.

Não é de hoje que a vida de pessoas negras são apresentadas pelas mídias e veículos informativos como alvo de marginalização. Conforme Bueno (2020), as imagens de controle são utilizadas pelos grupos dominantes para perpetuar os padrões de violência e poder que estão sendo historicamente constituídos para que permaneçam com os mesmos, mantendo as estruturas sociais.

Tais imagens são naturalizadas de tal forma que funcionam como definidoras de grupos sociais, mas não refletem ou retratam a realidade desses grupos e, por isso, são prejudiciais para a sociedade e para muitas das pessoas sub-representadas. Para Bueno (2020, p. 5):

as imagens de controle são propagadas pela mídia, de modo geral, por uma razão específica, pois, segundo elas, é confortável para as estruturas dominantes utilizar justificativas para a dominação e justificativas que retirem a responsabilidade de

responder pela violência e pela exploração econômica dos negros que leva ao status quo da branquitude.

Em contemplação à citação acima, podemos apoiar-se nos estudos de Collins (2019, p. 136), que destaca que tais características são “opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade que precisam de justificativas ideológicas muito poderosas para sua manutenção”. Para a autora, o objetivo dos estereótipos funciona como uma espécie de disfarce ou de mistificação de relações sociais, desta forma, esses mesmos estereótipos são traçados e atualizados para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiças sociais se façam presentes e normalizadas.

Assim, quando falamos de maternidade negra, independente do alcance de comoção e informações alcançadas, alguns pontos merecem destaque: o fator gênero é predominante quando se trata da temática de exclusão; o fator raça/cor, neste caso, preta, apresenta indícios de relação à invalidação de identidade; o fator econômico de ser moradora de favela é um ponto que além de estigmatizar, mantém tal população à margem do respeito aos seus direitos registrados em lei.

Outro ponto de reflexão relacionado à maternidade negra é que a mesma também é alvo de diversas violências que vão desde os patamares físicos e psicológicos, atingindo a pessoa humana em sua cidadania e violando o seu direito à vida. Como por exemplo, o luto de mulheres negras pela perda dos seus filhos para a violência policial.

O Brasil, conforme Araújo (2015), já foi caracterizado como o país que mais ocorre homicídios de jovens pretos e pardos marginalizados cometidos por policiais. Nota-se, nesse contexto, que a sociedade brasileira trabalha mediante uma lógica de controle social totalmente frio e calculista, que por meio da produção do medo, liga a juventude à violência, logo, intitula jovens de caráter social e geográfico específicos como criadores da violência (Moraes, 2004), e isso, acaba como justificada para a forte repressão do Estado - por meio da polícia - em relação a esse grupo.

Logo, é notório que o Brasil é palco de extermínio de uma população específica. Há tudo delimitado e bem direcionado, seja perfil econômico, étnico-racial e etário. Diante disso, é necessário pensarmos que, para além dos jovens que vivenciam essa violência, têm os outros sujeitos que também são violentados nesse cenário: suas mães.

Para muitas mulheres, perder um filho de maneira extremamente violenta é a pior e maior dor do mundo. Mortes com graves violações dos direitos humanos, acabam por gerar lutos que nunca cessam, como um ferimento que insiste em não cicatrizar. Ademais, mães que perdem seus filhos em decorrência da violência policial, na maioria das vezes, precisam

pensar no processo de correção da imagem e memória de seus filhos, visto que frequentemente a própria polícia e os meios midiáticos disseminam discursos culpabilizadores que acabam tornando as vítimas, muitas vezes responsáveis pela sua própria morte.

Assim, além da perda, as mães precisam lidar com esses discursos, ouvindo até mesmo frases como, “provavelmente era traficante”, “alguma coisa o filho fez de errado”, “a mãe não educou direito”. Elaborar o luto, para muitas mães, já é difícil, e ter que conviver com essas narrativas, ainda muito mais.

Nossos filhos tinham nome e sobrenome, mas quando o Estado os mata, eles passam a ser suspeitos ou são criminalizados”, o que completa dizendo com “além de matar nossos filhos, o Estado ainda contamina a população ao colocar uma interrogação na cabeça das pessoas: ‘se a polícia matou, alguma coisa tem (Acayaba, 2007, para. 4).

Conforme um relatório de 2020, desenvolvido pela Rede de Observatórios da Segurança, 75% das pessoas que são mortas pela polícia são negras. E nos dados do Atlas da Violência de 2020, a maioria das vítimas de homicídios no Brasil, são jovens pardos e negros. Logo, nota-se que, são as mães desses jovens que compõem a maioria das mulheres que estão de luto em decorrência da perda, do assassinato de seu filho por violência policial, como fora a mãe de Kathlen Romeu.

Quando uma mãe perde seu filho pela violência policial, ela procura caminhos para transformar seu luto, em luta, em justiça. Desse modo, muitas mães se unem para lutar pelo fim de toda a violência que provocou a morte de seus filhos. Acredito que tal ação possui como objetivo construir novos ideais, novos valores e referências para elas e seus filhos, logo reafirmando suas existências, seus lugares, seus feitos e suas memórias.

Figura 10: Celebração em memória de Kethlen Romeu



Fonte: CNN Brasil, 2022.

Mães que vivem a morte de um filho em decorrência da violência disseminada pelo Estado buscam se organizar em movimentos sociais e também coletivos que lutam por justiça, lutam para cessar a propagação dos diversos assassinatos cometidos pela polícia, e também para denunciar o genocídio contra a população negra e periférica. De acordo com Fustinoni e Caniato (2019), a inserção dessas mães nos movimentos sociais possibilita a criação de uma rede de solidariedade entre elas, para que juntas elaborem o luto e permitam-se viver isso, e buscarem por justiça, que é algo que as mantém em pé.

Essas mulheres, que não deixam de ser mães, vão para as ruas e avenidas fortalecer as memórias de seus filhos, pois, para tais, estar nesses espaços é maneira de afirmar que aquelas vidas importam, visto que se não falar sobre elas, significa que elas não têm valor. (SANTIAGO, 2019). E a celebração em memória de Kathlen, organizada por sua mãe e familiares, foi pensada justamente com esses propósitos, logo, dar visibilidade a história de vida de Kathlen e reivindicar justiça, pois os assassinos estão soltos, vivendo a vida deles quase após 3 anos da morte da jovem.

A gente não pode normalizar que uma mulher grávida seja assassinada numa guerra entre policial e bandido que só se justifica com corpos negros tombando corpos inocentes. Os assassinos tão soltos, vivendo a vida deles. Talvez curtindo um dia de sol com a família deles, e eu tô aqui com uma camisa, com uma bandeira (chora), com o resto que o estado me deixou", (Jackeline Oliveira, mãe de Katlen)

Diante do exposto, cabe afirmarmos que a quantidade de mães que tiveram seus filhos assassinados brutalmente pelo Estado indica que existe forte preconceito estrutural em nossa sociedade, seja através da postura da polícia ou a conivência do Poder Judiciário com diversas mortes sem nenhuma punição. O Estado permite, assina embaixo, o racismo estrutural disseminado pelos policiais. Não há investigações sérias e punições severas quando ocorrem assassinatos de jovens negros.

É triste falar que nós, enquanto sociedade, estamos vendo muitos jovens partirem tão cedo, de uma maneira tão violenta e brutal. Não lutar para quebrar com a naturalização desses tipos de violências seculares que têm sido perpetuadas contra a comunidade negra historicamente é não se importar com a vida e toda a trajetória desses jovens.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a realização de leituras e dos estudos para a construção deste trabalho, pode-se compreender que a maternidade, assim, como outras questões, é atravessada por diversos tabus sociais, e por uma infinidade de idealizações, como é o caso da sua

romantização. Logo, trazer a discussão sobre maternidade, evidenciando que a mesma é uma experiência vivenciada por muitos agrupamentos sociais, atingindo muitas mulheres, mas de várias formas, foi extremamente importante para que se ampliem as possibilidades de discussões acerca dessa temática, essencialmente sobre maternidade negra.

Neste sentido, estabelecemos como objetivo para este trabalho analisar a maternidade negra no Brasil e as problemáticas que a circundam a partir da realização dos estudos de caso de Carolina Maria de Jesus, Mirtes Santana e Kathlen Romeu, com o intuito de evidenciar como a maternidade atravessou a vida de cada mulher negra escolhida, e como isso reverberou em suas trajetórias e vivência pessoais, pois as três perpassaram por violências, racismo estrutural e institucional, desigualdade raciais, econômicas e sociais, para além dos diversos aspectos que compuseram as suas problemáticas.

Desse modo, realizamos inicialmente uma breve construção histórica e social acerca da maternidade, com o intuito de evidenciar de que modo foi desenvolvido e disseminado o amor materno na sociedade. Como delimitação histórica e temporal, trouxemos uma comparação entre a Europa no período feudal e o Brasil no período colonial, pelo fato deste primeiro ter sido o responsável por colonizar a maior parte do mundo, inclusive o Brasil, e a partir disso, notamos que tal processo de maternagem, em ambos locais, foi construído diferentemente em decorrência de contextos históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos distintos. Logo, percebemos que o valor dado à maternidade, e à relação de mãe e filho nem sempre foram os mesmos, e variaram conforme concepções, atitudes e práticas sociais disseminadas.

Assim, de forma complementar ao debate relacionado à maternidade no Brasil Colônia, e para adentrarmos profundamente à temática de maternidade negra, trouxemos uma discussão sobre as vivências de mães negras no período escravocrata brasileiro, destacando as diversas opressões e como muitas mulheres eram tidas como amas de leite dos filhos dos colonos. Analisamos, portanto, que essas mulheres dentro do processo de escravidão, além de serem caracterizadas como instrumentos de trabalhos, eram postas como escravas sexuais dos senhores. Muitas quando engravidavam, não podiam viver a maternidade, pois seus filhos eram arrancados de seus braços logo nos primeiros dias de vida.

O processo histórico de escravidão e toda a sua violência deixou diversas feridas nas mulheres negras escravizadas. Feridas essas que andam lado a lado das mulheres negras que vieram muito depois do período colonial brasileiro. Assim, o fim da escravidão, no entanto, não significou de modo algum o fim de uma lógica racista e violenta contra pessoas negras na sociedade brasileira.

Um exemplo dessa questão é o fato das mulheres negras serem as maiores vítimas da violência obstétrica, como foi abordado também neste trabalho, e atrelado a isso, discutiu-se sobre o estereótipo da mulher negra forte, ou seja, que suporta qualquer tipo de dor. A partir disso, notou-se o quanto as instituições públicas de saúde não oferecem atendimento humanizado, tratamento digno e apropriado igualitariamente para todos os gêneros e classes sociais. E que o setor de maternidade, e os profissionais que o compõem, na maioria das vezes, não amparam as mães para além dos procedimentos médico-hospitalares, ou seja, para o acolhimento à pessoa humana, e todo esse processo se intensifica quando as usuárias são mulheres negras e mães.

Assim, notamos que o processo de violência contra a maternidade de mulheres negras não é apenas no âmbito da saúde. É para além dele. É cotidianamente em outras esferas sociais. Logo, buscamos evidenciar ainda mais essa problemática a partir da realização de três estudos de caso. No primeiro estudo de caso, intitulado Carolina Maria de Jesus, demonstramos que Carolina através de seus escritos - grafias essas que se tornaram o livro “Quarto de Despejo - diário de uma favelada” - denunciou o descaso do Estado com a população negra e periférica do Brasil, não fazendo, assim, escrituras separadas da realidade vivida, mas cumprindo um papel social denunciante das mazelas que sofria juntamente com seus filhos.

Já o segundo caso abordado, o de Mirtes Renata Santana de Souza, nos fez refletir acerca do contexto socioeconômico e político em que Miguel morreu, e qual a realidade vivida por Mirtes enquanto mulher negra, mãe e empregada doméstica, nos fazendo assim, debruçar na história acerca do processo de apagamento e invisibilização das mulheres negras. Além do mais, o caso colocou em evidência não apenas a morte de Miguel, mas também questões como desigualdade social, racismo e abuso de poder. E nos fez também questionar todas as violências vivenciadas por famílias negras e, especialmente, por mulheres e jovens negros desde à escravidão, e que por mais comoção que gere, o Estado, estruturalmente racista acaba sendo omissos às problemáticas e pautas dessa população.

O terceiro e último caso, mas não menos importante, de Kathlen de Oliveira Romeu, deixou totalmente explícito como a violência policial é um processo resistente e poderoso, e que anda de braços dados com a burguesia e o Estado. Logo, tendo suas raízes de violência, preconceito racial e social na manutenção do exército dos desempregados e subempregados, e principalmente na miséria que é posta aos moradores de favelas e periferias. Assim, podemos afirmar que a violência se encontra na divisão da sociedade em classes, e o direito de ir e vir,

como é previsto em legislação para todos os cidadãos, não considerado, não existiu para Kathlen.

Desta forma, observou-se que ser mulher no Brasil é algo muito desafiador, no entanto, ser mulher e negra é carregar consigo os marcadores de gênero e raça, que tem como lugar destinado a parte de menor valor social, adicionando às experiências de vida das mulheres negras, pobres e mães o convívio diário com a violência e a morte.

Assim, por todos esses aspectos e argumentos apresentados, este trabalho veio para impulsionar estagiários e estudantes de Serviço Social, e até mesmo profissionais da área já formados, a pensarem coletivamente questões que visem proteger o direito dessas mulheres em ter condições dignas para viver uma maternidade tranquila, a partir da escolha de um projeto profissional interligado à construção de uma nova ordem societária, sem a dominação-exploração de classe, nem etnia e muito menos gênero.

Ademais, o trabalho também foi produzido para fortalecer as pesquisas sobre a maternidade negra, pois ainda há poucos debates sobre essa temática. Logo, existem várias razões pelas quais há uma falta de pesquisas específicas sobre essa maternidade, tais como, o histórico de marginalização, no qual as vozes e experiências das mulheres negras foram marginalizadas, o que acaba por resultar em uma lacuna no conhecimento sobre as necessidades específicas dessas mulheres durante a maternidade.

Outra razão para essa ausência é a falta de sensibilidade cultural, logo, muitos pesquisadores podem não ter consciência suficiente das questões específicas enfrentadas pelas mulheres negras durante a maternidade ou até mesmo podem não ter a sensibilidade cultural necessária para conduzir pesquisas significativas nesse campo. Embora existam desafios, não podemos deixar de reconhecer a importância de pesquisas sobre maternidade negra no campo do serviço social e de sempre buscar aumentar a conscientização sobre a necessidade de abordar as disparidades e desafios enfrentados pelas mulheres negras durante a sua maternidade.

Este trabalho, assim como todos os outros acerca da temática de maternidade negra são esforços. Esforços para preencher a lacuna de pesquisa e garantir que as experiências das mulheres negras sejam adequadamente representadas e abordadas, principalmente no âmbito do serviço social e esforços para mostrar que a maternidade negra, vai muito além do que só gerar, só ser mulher e só ser negra, pois é a soma disso tudo. É uma interseccionalidade repleta de opressões e exclusões com uma questão muito forte do colonialismo e a falta de humanidade dos profissionais que compõem o sistema de saúde pública e das estruturas do Estado para acolher a mulher negra, pobre e periférica. Assim, pensar sobre essa maternidade

tão ampla, tão abrangente, com tantos leques e questões é extremamente urgente para o desenvolvimento de futuros estudos e pesquisas, pois são essas mulheres negras que evidenciam todo o impacto proveniente da violência racista, misógina e sexista.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ARIÈS, Philipe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ARIZA, M. B. Mães libertas, filhos escravos: desafios femininos nas últimas décadas da escravidão em São Paulo. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 151-171, 2018.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1985.
- BAIA, L. P. V. **Maternidade tem cor? Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe.** Monografia. Universidade Estadual de Maringá/PR. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2020.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo – a experiência vivida;** tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.
- BRANDÃO, Mylena. Mulheres negras não precisam ser fortes o tempo todo. **Letras Pretas**, 2020. Disponível em: <https://letraspretas.com/2020/03/31/mulheres-negras-nao-precisam-ser-fortes-o-tempo-todo/>. Acesso em: 16 de set. 2023.
- BRANQUINHO, J. e SANTOS, R. (eds), **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica.** Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2015. Disponível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/20046/1/marques_2015_construcao_social.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.
- BUENO, W. **Imagens de Controle: Um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins.** Porto Alegre, Ed Zouk, 2020.
- CABRERA, O. **Gênero, sexo e raça e a formação de subjetividades femininas em Cuba, século XIX.** Estudo. Fem., Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 117-145, 2017.
- COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento.** São Paulo, Boitempo, 2019.
- COSTA, R. **Tiraram o direito à vida e de ser mãe!** Rev. Dig. Voz do Morro. Rio de Janeiro, RJ, 2022. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/casos-de-policia/tiraram-dela-o-direito-a-vida-e-de-ser-mae-cade-a-justica-diz-mae-de-kathlen-romeu-jovem-morta-ha-um-ano/>. Acesso em: 07 set. 2023.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEIAB, Rafaela de Andrade (2006). **A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950).** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

DONATH, O. **Mães arrependidas**: uma outra visão da maternidade. [trad. Marina Vargas]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <<https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

EMICIDA. **AmarElo** (Sample: Sujeito de Sorte - Belchior). São Paulo: Lab Fantasma: 2019. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/emicida/amarelo-feat-majur-e-pabllo-vittar/>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

ESTEVE, B. J. **El comercio de esclavos a Cuba (1790-1840)**: una proporción femenina. Anu. Colombo. Hist. Soc. Cult., Bogotá, v. 41, n. 2, p.107-130, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências da afro-brasilidade**: história e memória. Releitura, Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura, n. 23, p. 1-17, nov. 2008. Disponível em: <<https://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/escrevivencias-da-afro->> Acesso em: 20 fev. 2024.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. Traduzido por Heci Regina Candiani. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FONSECA, M. N. S. **A maternidade negra na encenação literária de Um defeito de cor**. Belo Horizonte: Literafro, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/resenhas/ensaio/Ana_Maria_Gonavez_-_a_maternidade_negra_em_um_Defeito_de_cor.pdf> Acesso em: 22 jun. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 2002.

GOMES, RA. **Mulher em situação de violência sob a ótica da saúde**. In: Minayo, Maria Cecília de Souza et al. (Orgs). Violência sob o olhar da saúde: Infrapolítica da contemporaneidade brasileira. 2ed. Rio de Janeiro- RJ: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras** – Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 jul. 2023.

GRISCI, C. L. I. **Mulher - mãe**. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 15, n. 1-3, p. 12-17, 1995 . Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/T64GrL64VtwGtRtKQRtkZ9j/?format=pdf&lang=pt>> . Acesso em 13 jun. 2023.

HALASI, Fabiana de Souza. **A mulher brasileira contemporânea e a maternidade da culpa**. 2018. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

IPEA, TD 2528 - **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua** - Brasília, 2019.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

LIMA, I. S. A voz e a cruz de Rita: africanas e comunicação na ordem escravista. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 41-63, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986

MACHADO, Eliana S. Visibilidade não marcada da branquitude: discursos de mulheres brancas acadêmicas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, p. 375-398, jan. 2018.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdade no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, 2012.

MIRANDA, C.; SILVA, C. **“Ponha os olhos em mim”**: sobre direitos humanos e memórias de luta das mulheres escravizadas no Brasil. *Plurais*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 92-115, 2019.

NOGUEIRA, A. T. A maternidade real: gestação, parto e convivência sem romantização. **Psicologia dialética: revisitando a psicologia e a vida real**. 2017. Disponível em: <<http://www.psicologiadialetica.com/2017/07/a-maternidade-real-gestacao-parto-e.html>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

OLIVEIRA, T. L. (2019). **Mulheres Negras e Maternidade: um olhar sobre o ciclo gravídico-puerperal**. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, 5(4), 12–23. <https://doi.org/10.9771/cgd.v5i4.29686>. Acesso em: 25 jun. 2023.

POSTER, Mark. **Modelos de Estrutura da Família**. In: Teoria Crítica da Família. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Cap 7, p.185-224

RESENDE, D. K. **Maternidade: uma construção histórica e social**. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 2, n. 4, p. 175 - 191, 5 jun. 2017.

RIOS, M. G.; GOMES, I. C. **Casamento contemporâneo: revisão de literatura acerca da opção por não ter filhos**. *Estudos de Psicologia*, v. 26, n. 2, p. 215-225, 2009.

SCAVONE, Lucila. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais**. *Cadernos Pagu* (16), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2001, pp.137-150. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2023.

SILVA, Fabiana. C. da. **Maternidade negra em Um defeito de cor**: História, Corpo e Nacionalismo como questões literárias. [Dissertação de Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

SOUZA, Anny Estéfany Romão Ataíde de; CARVALHO, Ingrid David Alves de. Mirtes: uma análise do caso Miguel sob a perspectiva de gênero e raça. **METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2020. Disponível em: . Acesso em: 08 mai. 2023.

VENÂNCIO, Renato Pinto. A maternidade negada. In: PRIORE, M.D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. Cap. 6, p.159-161.

WERNECK, Jurema Werneck; IRACI, Nilza. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil**: violências e violações. 2017. Disponível em: <<http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Dossie-Mulheres-Negras-.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2023

YIN. R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005, p. 32.